

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

ÍGOR LOPES FATTORI

"Intellectual e Cola-Fina": a participação de Walter Spalding na formação do  
Tradicionalismo (1952-1958)

PORTO ALEGRE

2016

ÍGOR LOPES FATTORI

"Intellectual e Cola-Fina": a participação de Walter Spalding na formação do  
Tradicionalismo (1952-1958)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como  
requisito parcial para a obtenção título de Licenciado  
em História pelo curso de História da Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Mara Cristina de Matos  
Rodrigues

PORTO ALEGRE

2016

CIP – Catalogação na Publicação

Fattori, Igor Lopes  
"Intelectual e Cola-Fina": a participação de  
Walter Spalding na formação do Tradicionalismo (1952-  
1958) / Igor Lopes Fattori. -- 2016.  
69 f.

Orientador: Mara Cristina de Matos Rodrigues.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto  
de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em  
História, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. intelectuais. 2. tradicionalismo. 3. sul-rio-  
grandense. 4. regionalismo. 5. identidade. I.  
Rodrigues, Mara Cristina de Matos, orient. II. Título.

ÍGOR LOPES FATTORI

"Intellectual e Cola-Fina": a participação de Walter Spalding na formação do  
Tradicionalismo (1952-1958)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como  
requisito parcial para a obtenção título de Licenciado  
em História pelo curso de História da Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Mara Cristina de Matos Rodrigues (orientadora)

---

Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

---

Prof<sup>a</sup>. Dr. Luiz Alberto Grijó

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Elizete e Sílvio Luiz, e ao meu irmão, Bruno, pela constante compreensão nessa trajetória, me amparando sempre que precisei, em todos os aspectos que lhes eram cabíveis.

Aos meus familiares pelo carinho e apoio em minha criação, inclusive na possibilidade de manter meus estudos quando ainda estava no colégio.

À minha companheira, Andressa, que está ao meu lado praticamente desde que entrei no curso, pelo carinho, amor e atenção neste período, a qual compartilhou comigo os momentos de alegria, mas também de aflição, sobretudo àqueles em que se duvida da própria capacidade em terminar um trabalho ou recuperar uma nota, confortando-me com palavras de otimismo.

Às amigas que criei neste tempo dentro da Universidade, em especial aos meus “veteranos”, que me acolheram no começo do curso, facilitando essa transição para o “mundo” universitário, inclusive me convidando para participar do time Arafat Futsal Clube.

Aos meus amigos que ouviram alguns “nãos” nos últimos meses para saídas, festas, entre outras atividades, devido ao tempo dedicado a finalizar o curso, principalmente o meu grupo de “RPG” pelo tempo bastante espaçado em marcarmos nossas “sessões” para jogar.

À minha professora orientadora, Mara Rodrigues, que aceitou me orientar nesse trabalho e que com tamanha presteza e dedicação fez apontamentos e considerações importantes para a finalização deste trabalho.

Agradeço à Vanessa, arquivista do IHGRGS, que me auxiliou com indicações de material a pesquisar sobre Walter Spalding; e à Ana Arce, historiadora e arquivista do AHPMV, lugar que me acolheu como estagiário, pelo incentivo e pelas conversas sobre a temática do trabalho.

Por fim, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a qual possibilitou inúmeras experiências ao longo desses anos, permitindo trocas de saberes e aprendizados com diferentes pessoas, de diversos espaços, tanto na academia quanto fora dela.

## RESUMO

Este trabalho analisa as relações que o “intelectual” Walter Spalding manteve com alguns espaços de legitimação de saberes voltados à produção de uma memória para o Rio Grande do Sul. Alguns eixos utilizados para fazer a mediação do texto são vinculados à “posição social” de Walter Spalding enquanto “intelectual”, seja na hierarquia de algum espaço social, cultural e/ou institucionalmente estruturado, seja no cenário “intelectual” regional sul-rio-grandense como um todo. As temáticas que balizaram as práticas de “sociabilidade”, formação de “redes”, disputas e tomadas de posicionamento estratégicas estão vinculadas ao “regionalismo” e à “identidade regional”, na tentativa de tornar um grupo e/ou espaço porta voz de assuntos legítimos na região e, portanto, projetar essa identidade como correspondente a toda população do Rio Grande do Sul ao resto do país. Com o intuito de estruturar o texto, primeiro analisa-se a inserção de Walter Spalding no IHGRGS, nos anos 1930, dando ênfase à importância de estar situado nesse espaço enquanto “intelectual”. Em seguida, indicaremos sua nova “rede” de relações, a CEF, a qual enseja uma renovação na disputa acerca da “identidade regional”, tanto com o próprio IHGRGS, quanto com outro grupo que está surgindo, a juventude “tradicionalista” vinculada aos CTG, nos anos de fim dos anos de 1940 e início dos 50. Por último, daremos atenção às interlocuções de Walter Spalding com os CTG e com os Congressos Tradicionalistas (1952-1958) em que analisaremos as estratégias de atuação e as possibilidades de influência nas diretrizes e na organização destes, tentando “controlar” o rumo “desvirtuado” que o “tradicionalismo” estaria tomando, fazendo o uso, para isto, de correspondências trocadas com essas agremiações ou que nelas contenham algum assunto correlato.

**Palavras-chave:** intelectuais; regionalismo; sul-rio-grandense; identidade; tradicionalismo.

## **SIGLAS E ABREVIATURAS**

AHPMV – Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho

CEF - Comissão Estadual de Folclore

CNFL - Comissão Nacional de Folclore

CTG - Centro de Tradições Gaúchas

IBECC - Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura

IHGRGS - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

ITF - Instituto de Tradição e Folclore

SEC - Secretaria de Estado da Educação e Cultura

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>1 A LEGITIMAÇÃO PELOS ESPAÇOS DE PRODUÇÃO: A IMPORTÂNCIA DO IHGRGS NA TRAJETÓRIA INTELLECTUAL DE WALTER SPALDING..</b>	<b>14</b>
<b>1.1 “Nem homem da sombra, nem figura de proa”: A inserção e a posição de Walter Spalding no IHGRGS (1930-1940)</b> .....	<b>17</b>
<b>2 UMA NOVA DISPUTA EM TORNO DA IDENTIDADE REGIONAL: “FOLCLORISTAS POLÍGRAFOS” E “FOLCLORISTAS TRADICIONALISTAS”</b> .....	<b>24</b>
<b>2.1 A relação de Walter Spalding com a Comissão Estadual de Folclore (CEF)</b>	<b>25</b>
<b>2.2 Aproximação e ruptura: o <i>ethos</i> como elemento de distinção</b> .....	<b>29</b>
<b>3 MANTENDO AS “RÉDEAS DA MORAL” E OCUPANDO UM ESPAÇO EM DISPUTA: AS RELAÇÕES ENTRE WALTER SPALDING E OS TRADICIONALISTAS (1952-1958)</b> .....	<b>35</b>
<b>3.1 A participação nos CTG e nos primeiros Congressos Tradicionalistas (1954-1956).</b> .....	<b>37</b>
<b>3.2 – Disputas e reaproximações</b> .....	<b>48</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>64</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>67</b>

## INTRODUÇÃO

Walter Spalding nasceu em Arroio dos Ratos/RS, à época município de São Jerônimo/RS, em 28 de outubro de 1901, e faleceu em Porto Alegre em 5 de junho de 1976, deixando vasta bibliografia que abrange os mais variados assuntos. Professor, poeta, historiador, contista, ensaísta, entre outras classificações lhe são designadas (MARTINS, 1978, 566). Trabalhou por muito tempo dentro do Arquivo Municipal, o que lhe rendia uma boa aproximação com a documentação que usava para suas pesquisas e escritos. Moacyr Flores, professor doutor de História do Programa de Pós-graduação de História da PUCRS, lhe denota “(...) grande mérito [por] ter se dedicado à investigação histórica quando a maioria dos chamados historiadores não frequentava arquivos e escrevia de acordo com suas opiniões e criatividade literária.”<sup>1</sup> Segundo Laytano, Spalding é o historiador gaúcho “de maior bibliografia” (LAYTANO, 1979, p. 115), tendo publicado pelo menos 130 obras entre livros, dramas, ensaios em revistas e boletins, sem contar os artigos em periódicos.<sup>2</sup> Ainda, em 1978, é eleito patrono da Feira do Livro de Porto Alegre.

O interesse na figura de Spalding para o presente trabalho não prevê uma análise específica de suas obras, independente da área ou matéria de escrita, mas em seu posicionamento social enquanto “intelectual” e as relações que manteve em alguns espaços que buscavam a legitimidade em se tratando de projetar uma “identidade regional”, o que não exclui em eventualmente contextualizar uma fala ou obra para elucidar alguma questão.

Para esta abordagem e como ponto de partida que iniciou as pesquisas acerca de Spalding, temos a tese de doutorado da historiadora Letícia Borges Nedel (2005) “Um Passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)”. Neste trabalho a autora analisa, entre outros temas, as articulações e as disputas de saberes locais, no que diz respeito à participação gaúcha no “Movimento Folclórico Brasileiro”, dividido em dois grupos de sujeitos ligados ao Folclore: os “folcloristas tradicionalistas” e os “folcloristas de polígrafo” que assim são

---

<sup>1</sup> FLORES, Moacyr. “Walter Spalding: Literatura e história - Moacyr Flores”. Artigo retirado do site eletrônico da Academia Rio-Grandense de Letras (ARL): <http://arl.org.br> (acesso em 10 de nov. de 2016)

<sup>2</sup> VILLAS-BOAS, Pedro Leite. *Dicionário bibliográfico gaúcho apud* FLORES, Moacyr. “Walter Spalding: Literatura e história - Moacyr Flores” (retirado do site indicado em nota anterior). O escritor Ari Martins, em sua obra “Escritores do Rio Grande”, publicada em 1978, traz uma vasta listagem de outras obras, contemplando também artigos de jornais. (MARTINS, 1978, pp. 566-569)

designados pelos diferentes posicionamentos e espaços que ocupam no circuito “cultural” e “intelectual” regional. Nessa trajetória, Spalding figuraria enquanto “polígrafo”, ainda que também tenha se “filiado” às linhas tradicionalistas alguns anos depois do surgimento do primeiro Centro de Tradições Gaúchas, em 1948. O início desses dois grupos seria conciliador, mas por uma série de questões não duraria muito tempo, sobretudo pelas diferentes proposições dos grupos nas formas de consagrar as questões regionais. Nisto, a autora coloca que algumas figuras, incluindo Spalding “(...) sustentavam o alinhamento como única forma de manter as rédeas ‘morais’ e o rigor ‘cultural’ do tradicionalismo (...)” (NEDEL, 2005, p. 354) diferentemente de Dante de Laytano, por exemplo, o qual se afasta e posiciona-se contra os direcionamentos tomados pelo movimento. Em que pese essa formulação e as complexas relações que os “intelectuais” mantinham, no que diz respeito às práticas de sociabilidade e circulação em diferentes espaços (muitas vezes antagônicos), nosso problema de pesquisa está assentado em analisar as seguintes questões: como eram essas relações entre Spalding e os “tradicionalistas”, em que circunstâncias foi possível a prática de “sociabilidade” e conexão entre novas “redes”, pensando em ambos os espaços (projetos); como se posicionou em disputas que envolviam pontos de vista conflitantes, sobretudo nos Congressos Tradicionalistas e, por último, que estratégias utilizou para tentar influenciar nas diretrizes do “movimento tradicionalista”, sobretudo na maneira dos CTG e dos Congressos se organizarem.

Dentro dessa problemática, temos como objetivo retomar alguns aspectos da trajetória de Walter Spalding em espaços que buscaram legitimar um discurso acerca da formação de uma “identidade regional”. Essa escolha está pautada pelo posicionamento e relacionamento que teve com diferentes espaços os quais em algum momento entraram na disputa para conformar determinada identidade. Ainda, buscamos tentar compreender as contribuições de Walter Spalding para o Tradicionalismo, no sentido de intervir em suas problemáticas legítimas, principalmente por sua proximidade com os CTG, tendo em vista a complexidade das “redes” inter-relacionais que se formavam entre sujeitos em projetos de diretrizes opostas, ou seja, a CEF e os “novos tradicionalistas” situados no “35” Centro de Tradições Gaúchas e, posteriormente, no ITF<sup>3</sup>. Justificamos a importância desse trabalho tendo em vista a atualidade das questões

---

<sup>3</sup> Esse é um dos eixos de análise da historiadora Letícia Nedel que, em linhas gerais, analisa as disputas entre a CEF, centrada na figura de Dante de Laytano, com os “tradicionalistas”, pela possibilidade de ocupação e nomeação de figuras próximas aos cargos mais importantes do recém-criado Instituto de

que envolvem a temática do “regionalismo”, exercendo influência, inclusive, à própria noção e formação da disciplina de história como um campo do saber no Rio Grande do Sul. Além disso, Spalding pareceu-nos uma figura que esteve vinculada a diversos debates “aferventados” ao longo do tempo em matérias concernentes ao “regionalismo”, os quais envolviam discussões acerca da legitimidade de certos assuntos e que, mesmo não sendo a figura de maior destaque nessas contendas, esteve presente à medida que sua “posição social” enquanto “intelectual” permitiu.

Para alcançarmos esses objetivos, analisaremos as correspondências de Walter Spalding, tanto enviadas quanto recebidas, com Centros de Tradições, e outras figuras ligadas ao tradicionalismo, ou de sujeitos próximos a Spalding com quem se correspondia sobre assuntos correlatos. As correspondências analisadas estão resguardadas no arquivo do IHGRGS. Tendo consciência da possibilidade intencional da guarda de determinada documentação em detrimento de outras, torna-se importante atentarmos à proposição de Jacques Le Goff sobre a necessidade do historiador analisar o documento enquanto “monumento”, na qual “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 1990, p. 545). Neste sentido, portanto, devemos considerá-lo sempre enquanto “monumento”, ou seja, produto da ação humana, que através da manipulação (consciente ou não) dos documentos busca projetar uma “imagem de si” para o futuro, devendo o historiador estar atento às condições de produção e manutenção de determinada documentação ao analisá-las (LE GOFF, 1990, p. 547-548). Mesmo que a intenção deste trabalho não passe por uma tentativa de produção biográfica de Spalding, e sim a sua interlocução em espaços que buscaram fornecer uma imagem e conformar uma memória oficial para o Rio Grande do Sul, utilizaremos as correspondências selecionadas em consonância com outras fontes, justamente na tentativa de despirmos a “roupagem” e a “aparência enganadoras” que constitui o documento enquanto “monumento” (LE GOFF, 1990, p. 548). Entre elas, os anais do Congresso Tradicionalista de 1955, alguns artigos de jornais, além da bibliografia já produzida por outros autores sobre o mesmo assunto, diretamente ou de forma tangenciada. Sobre o uso dessas “escritas de si” ou “produções de si”, que são as correspondências (GOMES, 2004; BORGES, 2014), cabe um destaque feito por Ângela

---

Tradição e Folclore (ITF). Nedel conclui que a partir da tomada do ITF pelos “tradicionalistas” é que estes vencem o projeto proposto por Laytano, através da CEF, em relação ao Folclore, particularmente, e a “cultura” e a “identidade regional” sul-riograndense, de forma geral. (NEDEL, 2005)

de Castro Gomes sobre o uso das cartas em pesquisas históricas, em que devemos nos afastar da busca de “erros” ou “mentiras” no exame dos textos escritos. Em suas palavras:

(...) está descartada *a priori* qualquer possibilidade de saber ‘realmente o que aconteceu’ (a verdade dos fatos), pois não é essa a perspectiva do registro feito. O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como o autor se expressa (GOMES, 2004, p. 15)

Destacamos que o recorte temporal proposto está baseado na análise das correspondências, em que pese a maior recorrência de missivas enviadas e/ou recebidas por Spalding em se tratando do assunto relacionado ao “movimento tradicionalista”, além do próprio ter se tornado sócio do primeiro Centro de Tradições no início dos anos 50. Outro fator é que os Congressos Tradicionalistas começam a ocorrer em 1954, sendo este um espaço importante para o movimento uma vez que irão determinar as diretrizes do movimento, atuando como uma espécie de “Poder Legislativo” (NEDEL, 2005, p.367), portanto pareceu-nos um espaço importante de análise e possibilidade de compreender as estratégias de Spalding para dar suas interpretações ao movimento (individuais ou coletivas). Aqui, cabe ressaltar uma dificuldade de encontrarmos algumas fontes, no que diz respeito aos Anais dos Congressos. Apenas o do segundo evento foi possível consultarmos, tendo sido importante para a nossa análise. Como medida para contornarmos essa situação, utilizamos as correspondências que tratavam do assunto para suprir essa falta, além da consulta ao trabalho de Nedel que possuía algumas referências ao Terceiro Congresso.

Feito o trajeto dessa pesquisa, faz-se necessário algumas incursões sobre determinados conceitos e/ou categorias explicativas que serão importantes na análise de nossos objetos de estudo. Primeiramente, o conceito de “intelectual” que balizou nosso trabalho. Segundo, algumas ponderações e uma breve contextualização sobre o “regionalismo” e a “identidade regional”. Cabe ressaltar que a temática envolvendo o regionalismo é bastante atual, principalmente quando estamos próximos à data de 20 de Setembro, em que há manifestações em comemoração aos “grandes feitos” farroupilhas, mas que também é cotidiana, ao vermos nas ruas (principalmente nos finais de semana) pessoas “pilchadas” andando nas ruas de Porto Alegre, ou em jogos de futebol, em que as torcidas dos times do Rio Grande do Sul entoam o hino rio-grandense antes das partidas (ao menos as de Grêmio e Internacional). O interesse em relação à temática remete justamente à capacidade de constante atualização que essas manifestações

tomaram ao longo do tempo, tendo no “gauchismo”<sup>4</sup> e no “tradicionalismo” (este historicamente construído a partir da constituição dos Centros de Tradição Gaúcha, em 1948<sup>5</sup>) ampla difusão de suas ideias, alcançando inclusive os espaços públicos institucionais, tal qual o Instituto de Tradição e Folclore<sup>6</sup>, que lhe deu um aparato significativo para vencer a disputa com outros projetos.

O conceito de “intelectual” que utilizaremos possui uma definição não apenas no reconhecimento que é feito pela sociedade sobre ele, conforme propõe Daniel Pécaut “o intelectual é aquele que se identifica e é identificado pelos outros como tal” (PÉCAUT, 1990, p.11). Pensamos nesse conceito, ainda que compreendamos a natureza complexa de sua definição, nos termos colocados por Christophe Charle (2003), interpretado neste trabalho à luz da elaboração feita por Martins Teles (2015), que salienta a importância de considerarmos as “relações sociais” com o “espaço social” em que os “intelectuais” estão situados e as diferentes formas de “reconhecimento” entre seus “pares”, além das “sociabilidades” e das “redes” formadas que ensejam as disputas e as distinções dentro de determinado lugar (MARTINS T., 2015, p.22). Analisaremos sua trajetória em espaços que disputaram a prerrogativa de definir uma história e uma memória para o Rio Grande do Sul, tanto internamente quanto em sua imagem projetada para os outros

---

<sup>4</sup> Maria Eunice Maciel coloca a distinção entre o “gauchismo” e o “tradicionalismo” nos seguintes termos: “Sob este nome [o gauchismo] estão agrupadas várias manifestações e práticas culturais cujas balizas estão na *figura do gaúcho*. Trata-se, assim, de um fenômeno relacionado à problemática da identidade, lidando com as representações associadas ao gaúcho e seu modo de vida, ou dito de outra forma, a um possível *ethos* da sociedade gaúcha. Não se limita, portanto, ao tradicionalismo (organizado no Rio Grande do Sul como CTG e MTG), embora este, com a força que possui, seja o seu principal veículo.” (MACIEL, 2002, p. 198)

<sup>5</sup> Ao longo do texto explicaremos melhor as circunstâncias e os personagens envolvidos na criação desta agremiação formada por jovens secundaristas, os quais já haviam criado, em 1947, no grêmio estudantil da Escola Estadual Júlio de Castilhos, o Departamento de Tradições Gaúchas. (OLIVEN, 1992). Cabe ressaltar que os Centros não foram os primeiros espaços vinculados ao “culto às tradições”, já existindo outros à época, embora haja consenso de que é a partir desses novos espaços que o “tradicionalismo” se consolida. Dentre eles temos o Grêmio Gaúcho, em 1898, a partir do qual precedeu algumas outras entidades tradicionalistas: União Gaúcha de Pelotas (1899), Centro Gaúcho de Bagé (1899), Grêmio Gaúcho de Santa Maria (1901), Sociedade Gaúcha Lombagrandense (1938) e o Clube Farroupilha de Ijuí (OLIVEN, 1992;)

<sup>6</sup> A fundação do Instituto de Tradição e Folclore (ITF) remete à reorganização institucionalmente promovida na administração dos quadros da Secretaria Estadual de Educação e Cultura (SEC), que a partir de 1954 possui um novo órgão, a Divisão de Cultura, criado pela lei nº. 2.345, de 29 de janeiro de 1954. Passando por uma série de transformações ao longo do tempo, sendo comandada pelos “tradicionalistas”, principalmente na figura de Carlos Galvão Krebs enquanto diretor tem criada a Escola Superior de Folclore (1965), para formação de professores do ensino básico. Em 1966, com grande auxílio do ITF, é criado o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), entidade centralizadora que dará as diretrizes do movimento, sobretudo na forma de organização dos CTG, dos Congressos Tradicionalistas e suas mais variadas formas de expressão (música, dança, etc.). (NEDEL, 2005) Em 1974, já tendo sofrido algumas modificações, tem decretada a criação do “Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore”, sob a forma de uma fundação, através da lei nº. 6.736, de 19 de setembro de 1974. ([http://siabi.trt4.jus.br/biblioteca/direito/legislacao/lei/estadual/lei\\_rs\\_1974\\_6736.pdf](http://siabi.trt4.jus.br/biblioteca/direito/legislacao/lei/estadual/lei_rs_1974_6736.pdf), acesso em: 10/11/2016)

estados, buscando uma integração com a “cultura brasileira”. (CORADINI, 2003; NEDEL, 2005).

Neste ponto, portanto, também veremos alguns aspectos sobre o conceito de “regionalismo” e de “identidade regional”, os quais foram constantemente ressignificados ao longo do tempo. No final do século XIX e início do século XX teremos, por exemplo, sobretudo a partir da criação do IHGRGS, uma tentativa de compor a identidade regional em um caráter aproximativo à nação, a partir da unidade formada com uma “matriz-lusa” de origem do Rio Grande do Sul, afastando-se de algumas teses que colocavam o Rio Grande do Sul em consonância com a região do Prata. (GUTFREIND, 1998; GUAZZELLI, 1998). Em um período posterior, mais precisamente pós-Estado Novo (1945), as mudanças no cenário político — redemocratização do país e econômico, centralização da industrialização como eixo da economia nacional — (PESAVENTO, 2002) também ensejam mudanças no quadro cultural. Assim, uma nova busca pela identidade regional estava sendo colocada em cena, a partir dos estudos folclóricos, que através de seus defensores buscavam autonomia em relação às áreas da Sociologia e da História, bastante arraigadas no espaço legitimador de um discurso oficial sobre a “cultura regional”, o IHGRGS. Também disputam com este espaço o discurso legítimo sobre uma identidade, principalmente a partir da criação da Comissão Nacional de Folclore (CNFL) e, por consequência, suas Comissões Estaduais de Folclore (CEF), neste caso a do Rio Grande do Sul.<sup>7</sup> Quase que de forma concomitante, surge um grupo de jovens, egressos do interior, os quais também disputarão a projeção de uma identidade regional, também relacionados ao folclore, mas por aspectos dissonantes à forma de retratar essa “cultura regional”, em uma espécie de revivalismo da figura do “gaúcho” cristalizado no passado e incorporado ao presente. (MACIEL, 2001; 2002, OLIVEN, 1992)

Em relação à estrutura formulada para este trabalho, veremos no primeiro capítulo a inserção de Walter Spalding no IHGRGS, a importância desse espaço enquanto legitimador das questões próprias à “cultura” e à história do Rio Grande do Sul oficialmente, assim como que relações ele conseguiu estabelecer para se tornar sócio do Instituto e que consequências isso teve para suas atividades enquanto “intelectual”. Ainda, veremos qual a posição que Spalding manteve na hierarquia

---

<sup>7</sup> Daqui por diante, utilizaremos a sigla CEF para nos remetermos a Comissão Estadual (Gaúcha) de Folclore, ao passo que ao citarmos outra comissão faremos a distinção pelo ente federativo a qual ela corresponde.

interna deste espaço, indicando alguns deslocamentos que o teriam colocado em uma posição que tendeu a ser “central”, mas que teria sido deslocada para a “periferia” dos principais debates.

No segundo capítulo, indicaremos sua nova “rede” de relações, a CEF, a qual enseja uma nova disputa em torno da “identidade regional”, tanto com o próprio IHGRGS, quanto com um novo grupo que está surgindo, a juventude “tradicionalista” vinculada aos CTG. Nestes embates, face às dissensões entre os “folcloristas tradicionalistas” e os “folcloristas polígrafos”, situaremos a figura de Spalding e sua participação na CEF, além de indicar um dos motivos de desentendimento entre os grupos, tendo como um dos aspectos o *ethos* “beletrista” e “erudito” por parte dos “polígrafos” em relação aos seus opositores. A partir dessa perspectiva, analisaremos também duas correspondências enviadas por Spalding que podem servir como indicadores de que por parte dele não houve uma ruptura nas suas instâncias de participação, mas sim distanciamentos e aproximações estratégicas de acordo com certos interesses.

No terceiro capítulo há uma atenção quanto às interlocuções de Spalding com os Centros de Tradições e com os Congressos Tradicionalistas, em que analisaremos as estratégias de atuação nestes espaços e as possibilidades de influenciar nas diretrizes e na organização destes, tentando “controlar” o rumo desvirtuado que o “tradicionalismo” estaria tomando. Não obstante, essas tentativas eram produzidas a partir de seu lugar social enquanto “intelectual” e isso implicava em uma tentativa de “moralizar” o movimento.

## **1 A LEGITIMAÇÃO PELOS ESPAÇOS DE PRODUÇÃO: A IMPORTÂNCIA DO IHGRGS NA TRAJETÓRIA INTELLECTUAL DE WALTER SPALDING**

O presente capítulo tem como objetivo traçar um panorama sobre a trajetória “intelectual” de Walter Spalding, apontando alguns aspectos que eram característicos do contexto de produção “intelectual” entre os anos de 1930 e 1940, cujas bases de legitimação circunscritas ao regionalismo, identidade e história sul-rio-grandense estavam assentadas em grande parte no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Cabe destacar que o conceito de “intelectual” possui uma dificuldade quanto a uma definição precisa. Há complexidade, por exemplo, em precisar quem é considerado intelectual? Quais critérios utilizar para fazer uma definição e colocá-lo em um grupo? Neste sentido, ainda, torna-se um complicador o contexto aqui estudado em que as práticas da escrita eram rarefeitas no sentido de uma dinâmica e “polivalência” daqueles que se colocavam em condições de desempenhar um papel associado à de “intelectual”. Diversos autores se colocaram a pesquisar este grupo específico do estrato social. O francês Jean François Sirinelli indica essa dificuldade e aponta, por exemplo, para a mutação que esse termo sofreu na sociedade francesa ao longo do tempo compreendendo as circunstâncias específicas de cada contexto. Ele indica duas acepções para tentar superar esses entraves: “(...) uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os "mediadores" culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento” (SIRINELLI, 2003, p.242). Ainda que faça essa distinção, aponta que elas não são autônomas já que ambas são elementos de natureza sociocultural, propondo que a análise se mantenha por uma definição ampla e que se foque em casos específicos quando pertinente. Já Pecáut, ao tratar das relações entre os “intelectuais” e a política no caso brasileiro, prefere que não seja feita uma definição, por considerar o exercício “inócuo”

(...) salvo se a definição já comportar uma referência à natureza do campo intelectual e às formas de constituição do político, isto é, se já incluir a problemática do reconhecimento social do estatuto dos intelectuais e de sua produção numa sociedade e num dado momento. (PECÁUT, 1990, p. 11)

Ainda, Martins Teles, a partir dos estudos de Christophe Charle, para seu estudo sobre os “intelectuais” do IHGRGS, coloca como importante levar em consideração as “relações sociais” com o “espaço social” em que as figuras estão situadas, das diferentes

formas de “reconhecimento” entre os pares, além das “sociabilidades” e das “redes” formadas que ensejam as “lutas” e a distinções dentro de determinado espaço. (MARTINS T., 2015, p.22) Essa interpretação, para o autor, “significa compreender os intelectuais como grupo socialmente construído e não cientificamente construído.” (MARTINS T., 2015, p.23). Parece-nos pertinente compor nosso trabalho com essa concepção recortada de “intelectual” assinalada por Martins Teles ao lidarmos com a figura de Walter Spalding, em um estudo que indica suas possibilidades de circulação ou “engajamento” em diversos espaços (por vezes concomitantes e aparentemente antagônicos). Ainda, em dado momento, ao colocar-se na figura representativa de um movimento específico, como o faz com alguns tradicionalistas vinculados aos CTG, podemos interpretá-la na definição dada por Sirinelli de “mediador cultural” citada anteriormente.

Outro conceito ou categoria explicativa, que também tem larga escala de produção, sobre diferentes enfoques e aportes teórico-metodológicos, é o de “regionalismo” e, também, a partir dela a de “identidade regional” construída. Para este trabalho, ainda que o foco não seja discutir teoricamente essa categoria, se faz necessário trazer algumas concepções abordadas por outros autores, tendo em vista ser um referencial “clássico” utilizado pelos “intelectuais”, para o “regionalismo gaúcho”, no contexto proposto.

Amplamente ressignificada ao longo do tempo, o regionalismo fora objeto de disputa pelo menos desde o final do século XIX. No trabalho de Joseph Love, por exemplo, em sua análise sobre o regionalismo sul-rio-grandense, verifica nas disputas entre as oligarquias do período Republicano uma forma destas conseguirem em maior ou menor grau uma relação de trocas dentro do Estado federativo (LOVE, 1975). Ainda nesse sentido, e colocando aspectos sociais e simbólicos na esteira dessa interpretação, o sociólogo francês Pierre Bourdieu propõe que

O regionalismo (ou o nacionalismo) é apenas um caso particular das lutas propriamente simbólicas em que os agentes estão envolvidos quer individualmente e em estado de dispersão, quer coletivamente e em estado de organização, em que está em jogo a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas, tanto econômicas como simbólicas (...)(BOURDIEU, 2002, p. 124).

Neste caso os atores envolvidos disputam tanto no próprio espaço regional pelas questões legítimas sobre as “interpretações do real”, quanto em relação ao nacional, em que os valores adversativos do “nós” para os “outros” (da região central) serve, ora para

a afastar-se e exacerbar as características peculiares do tipo social, o “gaúcho”, sujeito ativo (que igualmente sofreu deslocamentos semânticos ao longo do tempo)<sup>8</sup>, ora para pautar o regionalismo como inclusivo dentro do todo nacional (PESAVENTO, 2001, p.225). Depois de certo tempo, fora assentada uma definição (que não significava consenso) da identidade regional vinculada ao sentimento de pertença no que diz respeito à nação, sobretudo a partir da criação do IHGRGS, nas bases do que Gutfreind chama de “matriz lusa” de interpretação do regional no tocante à nação brasileira (GUTFREIND, 1998) ao menos até meados da década de 1940. Neste momento, haveria uma tentativa de ressignificação pautada pelas questões concernentes ao aspecto regional, voltada mais para uma “missão cultural” do que uma “missão política” (CORADINI, 2003). Se em um primeiro momento os “intelectuais” e a “cultura” estiveram engajados politicamente, na defesa de governos e governantes, em outro momento, já mais ou menos consolidados alguns espaços de atuação voltados à produção escrita — o editorial da Revista do Globo, o IHGRGS (e sua revista), a Revista Província de São Pedro — há uma tentativa dos intelectuais de colocarem-se em outro patamar no que concerne à cultura e “defenderem seu próprio panteão” (NEDEL, 2005, p. 256). Nas palavras de Coradini:

Nos anos seguintes [após a Revolução de 1930], cada vez mais se fortalecem outras definições do regionalismo, menos preocupadas com a mobilização política e com a mitologia "heróica", e mais centradas na necessidade de incorporar o conjunto de categorias ou grupos étnicos regionais na suposta especificidade das elites políticas e culturais locais, em oposição a outras situações brasileiras ou temas, como os percalços do governo Vargas ou as razões da impossibilidade da "democracia". (CORADINI, 2003, p. 135, grifo nosso).

Dito isso, nos anos que decorrem do fim do Estado Novo (1945), há intenção por parte dos “intelectuais” em rever o posicionamento relegado ao regionalismo, que estará

---

<sup>8</sup> Ruben Oliven, citando Augusto Meyer, aponta que o termo nem sempre teve conotações vinculadas à figura do herói. No período colonial o habitante da zona fronteira, no que viria ser o Rio Grande do Sul, era o “guasca”, passando depois ao “gaudério”, em um sentido pejorativo, para identificar desertores paulistas das tropas regulares que roubavam gado na região de fronteira. O termo “gaúcho” também teria sido utilizado como sinônimo de bandido ou vagabundo, estando presentes nos escritos do “naturalista” Saint-Hilare, ao menos até meados do século XIX, quando passou a ser visto como peão e guerreiro. (MEYER, 1957 *apud* OLIVEN, 1992, p. 50). A positivação do termo e a exaltação da figura do gaúcho tem reflexo nas proposições de sujeitos da Sociedade Parthenon Literário, por exemplo, Apolinário Porto Alegre, que usa o termo “monarca das coxilhas” em um conto sob o mesmo título. O uso generalizado da palavra “gaúcho”, que passaria a designar a população sul-rio-grandense viria no decorrer do século XX. Ainda, essa figura é criada a partir de representações que o ligam ao homem do campo, ao qual faz parte de um imaginário local (socialmente construído) e que serve de modelo ao todo da população, o que confere o conhecimento e o reconhecimento de todos os gaúchos. (MACIEL, 2001, pp. 242-245)

envolvido em outras áreas de estudo, sobretudo as Ciências Sociais e, por extensão o Folclore. Sobre essa reformulação, Nedel aponta duas situações:

Ela responde, internamente, ao acirramento da competição com novos mediadores interessados em tomar posse dos postos públicos de gestão da memória. De outra parte, converte a antiga missão política de projeção do Rio Grande ao poder central em uma missão de reabilitação externa da imagem cultural do estado e de seus representantes. (NEDEL, 2005, p. 235)

Feita essa contextualização, tanto no plano da historiografia desses conceitos, quanto em alguns aspectos que ensejaram as mudanças nas acepções das categorias a serem analisadas, iremos abordar a inserção de Spalding no IHGRGS e sua posição enquanto intelectual neste espaço.

### **1.1 “Nem homem da sombra, nem figura de proa”: A inserção e a posição de Walter Spalding no IHGRGS (1930-1940)**

Alçar-se nos quadros de alguma instituição cultural, seja ela literária ou histórica, não requeria apenas uma capacidade qualitativa e pessoal como pré-requisito. Um dos meios de alcançar determinado espaço de prestígio intelectual, primeiramente, poderia vir pelas relações familiares, sendo nascido no seio de uma elite socialmente abastada. Evidentemente que a qualidade própria de escritor versado em algum estilo literário era importante, mas sem os meios materiais essa possibilidade tornava-se difícil. Esse aspecto é preponderante num contexto, levando em conta o caso do Rio Grande do Sul, em que ser escritor não garantiria sustento, visto que ainda não havia um mercado editorial estável para que se fixasse na “profissão” de literato ou historiador, por exemplo. Tampouco podemos definir que houvesse essa intenção sem nos atermos a casos específicos, mas a relação em ser escritor e participar do meio “intelectual” tem antes um ponto de reconhecimento social do que uma busca por “profissionalização”. Haja vista esse conjunto era bastante comum termos figuras “polivalentes” no meio intelectual, sendo uma característica dessa categoria, nesse período, ter vários títulos “profissionais” ao mesmo tempo.

No caso de Spalding, inicialmente era comerciante (1920-1932), antes de abrir caminho em instituições históricas ou literárias e adentrar o espaço o público. Ainda assim, para seu sustento, já que não possuía família vinculada às elites tal qual outras figuras “intelectuais”, lecionava em escolas, além de ser funcionário público como

bibliotecário da diretoria do Arquivo Municipal (1937-1938) e posteriormente como Diretor do Arquivo e Biblioteca Municipal (1939-1963) (MARTINS, 1978, p. 566). Nas suas qualificações, ao longo do tempo, poderíamos denominá-lo como poeta, historiador, contista, genealogista, biógrafo, crítico literário, cronista e teatrólogo. (MARTINS, 1978, p. 566). Em que pese todas essas nomenclaturas, Nedel (2005) chama atenção para o caráter artificial dessas denominações ao trabalhar com os grupos ligados ao folclore e ao tradicionalismo entre as décadas de 1940 e 1960, podendo um mesmo sujeito carregar diversas dessas denominações. Para autora, além dessa dificuldade de precisar termos, seria necessário designar a área ou problema afim de um “intelectual”, sendo pertinente também delimitar o período ao qual se refere, tendo em vista ser bastante recorrente a mudança de foco nas suas escritas em determinada conjuntura.

Sobre esse deslocamento podemos considerar, por exemplo, o caso de Moysés Vellinho, o qual se distancia da escrita literária para aproximar-se da história e da sociologia. Essa mudança converge para uma interpretação de ordem epistemológica ao estatuto proposto a essas “ciências”, conferindo à história e à sociologia maior capacidade de interpretar a “realidade” regional. Rodrigues (2006), ao abordar a relevância do regionalismo e da literatura regional estabelecida por Moysés Vellinho, contrapondo a escrita de Alcides Maya pelo caráter não apenas estético, mas também ético e moral (saudosista), sinaliza que aos poucos seu enfoque foi sendo conduzido a uma conjunção entre a literatura (regional) e a sociologia (de capacidade objetiva) vinculada aos estudos de Gilberto Freyre (RODRIGUES, 2006). A autora ainda coloca que

(...) o texto crítico à obra de Maya, assim como outros de Moysés Vellinho, acabou se conformando muito mais como um ensaio sociológico do que uma análise estética. (...) Seu texto tornava-se um ensaio de história do Rio Grande do Sul entremeado por comentários à literatura de Alcides Maya(...) (RODRIGUES, 2006, pp. 82-83).

Considerando a relevância literária de Vellinho, seu alinhamento a outras “áreas” pode indicar o status que a história enquanto “ciência” havia adquirido, inclusive, conforme Martins Teles (2015) sua entrada no IHGRGS apontaria para essa importância e, até mesmo, necessidade de conversão para se colocar nos debates sobre as questões regionais. Essa alteração também indica a representatividade que o IHGRGS adquiriu depois de certo tempo. Neste quesito Gutfreind aponta que “(...) este espaço que o

Instituto representava e a insistência de que era preciso escrever a história do Rio Grande do Sul para apresentá-la aos demais estados tornavam imperiosa a elaboração de trabalhos históricos.” (GUTFREIND, 1998, p. 30).

O percurso de Walter Spalding, de certa forma, se assemelha ao de Dante de Laytano, o qual inicia na crítica literária, migrando para história e depois para o folclore (NEDEL, 2005); ambos imersos às circunstâncias de disputa no campo da História dentro do IHGRGS. Sobre essas disputas no IHGRGS, em carta transcrita por Martins Teles, de Walter Spalding para o amigo folclorista Oswaldo Cabral, já na década de 1950, o historiador transpõe a descrença em “matéria” de História:

Eu já cansei com essa gente e estou bastante desanimado em matéria de História nesta terra, onde com o intuito de mostra-se, de exhibir conhecimento de coisas minúsculas e sem importância maior, tranquem as grandes cousas (...)<sup>9</sup>

O descontentamento perpassa a disputa com outro grupo no IHGRGS, em que estes mantinham um estreitamento dos assuntos dignos de serem trabalhados sobre a História do Rio Grande do Sul, baseada na “hagiografia” política e militar.

A postura tomada pela ala dissidente será abordada no segundo capítulo, ao tratarmos dessa mudança de direção na busca pelos estudos do folclore, difundidos através do centro do país. Para não deixarmos o assunto solto, mas sem adiantá-lo demais, sintetizamos esse trecho através de Nedel (2005), a qual aborda a criação da CEF enquanto nova “empresa historiográfica” no cenário regional.

Aproximando a História da cultura popular, os folcloristas do sul propuseram a atualização das linhas clássicas de interpretação histórica consolidadas nos anos 30, e concentradas sobre a hagiografia política e militar dos próceres republicanos, farroupilhas, positivistas e aliancistas.

Se desfrutar dos louros da família não fosse possível, a outra maneira de adentrar os espaços de produção intelectual era pelos vínculos de amizade e/ ou de parentesco afetivo. Pela segunda opção, ao casar-se com Aida Borges Fortes, sobrinha do General João Borges Fortes (e já eleito sócio correspondente do IHGRGS), Spalding tem as portas abertas para o IHGRGS pela ligação com uma família distinta socialmente. Conforme Martins Teles, Walter Spalding “(...) era proveniente de uma família sem recursos econômicos e sem laços com a elite republicana, sem a posse de um diploma

---

<sup>9</sup> Carta de Walter Spalding a Oswaldo Cabral. Porto Alegre, 12 de agosto de 1949. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS *apud* MARTINS T., 2015, p. 244.

superior (...) mas [que] teceu redes de relações intelectuais (e políticas)” (MARTINS T., 2015, pp. 49-50, grifo nosso). O acesso ao espaço público como servidor teria vindo pela proximidade com o cofundador do IHGRGS, Eduardo Duarte (MARTINS, 1978, p. 190) ao intervir a favor do recém-egresso no Instituto<sup>10</sup>. Spalding foi organizador do Pavilhão Cultural da exposição em comemoração ao “Centenário Farroupilha”, sendo sediado na Escola Normal General Flores da Cunha, tendo diversas sessões, entre elas literatura, pintura, pedagogia e música. (CERONI, 2009, p.16). Spalding já havia escrito o título “Farrapos”, em 1931, versando sobre essa temática e, outra vez, em 1939, com a obra “Revolução Farroupilha”, na qual defende a postulação internamente majoritária dentro do IHGRGS, a de que a “história popular do grande decênio” (GUAZZELLI, 1998, p. 22) teria um caráter nacional, vinculado ao que Gutfreind (1998)<sup>11</sup> indicará como “matriz lusitana” em contraposição a uma “matriz platina”. Guazzelli (1998) sintetiza a obra de Spalding em alguns fundamentos principais ao traçar um comparativo com outra obra, de Alfredo Varela, “História da Grande Revolução: o ciclo Farroupilha no Brasil”, o qual pendia para a “matriz platina”. Dentre eles a de que a população rio-grandense

(...) sempre fora a garantia da nacionalidade, forjada nos embates contra os castelhanos, não recebendo as atenções merecidas (...) e de que (...) o sentimento de brasilidade atravessou todo o movimento farroupilha, tendo marcado a ruptura, o desenvolvimento da insurreição e o reatamento de relações com o Império, não havendo qualquer interferência mais significativa a partir dos caudilhos do Prata. (GUAZZELLI, 1998, pp. 26-27)

Ainda que as matrizes divergissem sobre a origem ou influência dos caudilhos do Prata, havia um ponto comum que dizia respeito ao teor nacionalista das proposições, indicando uma tentativa de aproximação com a unidade nacional e pleiteando, inclusive,

---

<sup>10</sup> Martins Teles transcreve em seu trabalho uma carta que teria sido enviada ao interventor do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, em 1934, por Eduardo Duarte. Na carta há a menção que Spalding teria solicitado um cargo no Arquivo Histórico e que fora negado. Ainda, o remetente solicita que Spalding seja colocado ao seu lado nos trabalhos em prol das comemorações do “Centenário Farroupilha”, em 1935. (Carta de Walter Spalding a Souza Docca. Porto Alegre 30 de novembro de 1937. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS *apud* MARTINS T., 2015, p. 50).

<sup>11</sup> A historiadora Ieda Gutfreind é quem diagnostica uma clivagem nas produções historiográficas de sujeitos ligados ao IHGRGS sobre a formação da identidade regional sul-rio-grandense pautada pelo sentimento de pertencimento à nação. Em linhas gerais, haveria alguns que postulavam interpretações que aproximavam a história do Rio Grande do Sul, através dos feitos dos “grandes heróis”, sobretudo durante a “Revolução Farroupilha”, com a dos vizinhos do Prata, a qual seria reconhecida pela historiadora como “matriz-platina”. Ao passo que outras figuras não reconheciam essa aproximação com os “caudilhos”, indicando que não haveria qualquer relação próxima, mesmo nos elementos mais básicos da sociedade rio-grandense, com estes vizinhos, alegando que as figuras que lutaram em certos momentos, como na “Revolução Farroupilha”, o fizeram buscando a integração e o pertencimento à “brasilidade” dos rio-grandenses.

maior autonomia política do Rio Grande do Sul no que diz respeito ao Brasil. (GUTEFREIND, 1998). Esta situação converge com o contexto em que estas disputas estavam situadas. No plano político e econômico, o Rio Grande do Sul, até os anos finais de 1920, mantinha laços de dependência com o centro do país, estando distante das instâncias de decisão, inclusive sobre as questões tributárias que envolviam o comércio de produtos derivados da pecuária (charque e couro) base da economia do Estado e, naquele momento, fornecedor da subsistência dos trabalhadores nacionais devido à crise do café (PESAVENTO, 1980). No plano “cultural” a literatura regional, mas também com ecos na literatura nacional<sup>12</sup>, desde meados do século XIX, representaram o “gaúcho” enquanto homem justo, bravo, altivo e de espírito indômito, características naturalizadas pela vivência na região de fronteira. Essas proposições afastavam o Rio Grande do centro do país, tanto na integração da sua população de forma geral (no sentido de pertencimento ao todo), quanto da capacidade das elites locais em pleitearem maior autonomia política e econômica em relação aos entes federativos mais centrais, em que estavam assentadas as instâncias de decisão mais importantes.

Incorporado ao IHGRGS, Spalding esteve à frente de grandes discussões no cenário regional, dentre elas: a relação da população rio-grandense com o Prata e o apoio às teses anti-separatistas vinculadas à disputa entre a elite estanceira e o poder imperial, ressaltando o caráter nacional da “Revolução Farroupilha”; a constituição da memória oficial sobre a “Revolução Farroupilha”, através da comemoração do seu centenário; a data do bicentenário de Porto Alegre<sup>13</sup> e também a respeito da criação de uma estátua em homenagem à Sepé Tiarajú (assunto que será visto no terceiro capítulo) a qual ensejou discussões acaloradas no meio “intelectual”. Além disso, esteve à frente

---

<sup>12</sup> Temos como exemplo a obra de José de Alencar, “O *gaúcho*”, publicada em 1870, em que mesmo “(...) nunca tendo posto os pés no Rio Grande do Sul vai idealizar e mitificar este tipo social chamando-o de ‘centauro dos pampas’” (OLIVEN, 1992, p. 51). Sendo que no centauro, figura mítica, a metade homem possui as características nobres do ser humano; já o lado animal é dotado da força e da capacidade de trilhar o pampa de forma indomável. Ainda que não seja objeto específico deste estudo, cabe ressaltar que o próprio movimento tradicionalista tratará de ressignificar essas características e incorporá-las ao seu repertório simbólico do culto às tradições. Joselito Zalla, em sua tese de doutorado, trabalha estas questões ao analisar, por exemplo, as releituras feitas por Barbosa Lessa em relação à figura do “gaúcho a cavalo” (ZALLA, 2002)

<sup>13</sup> Spalding participou das discussões sobre a data do bicentenário de Porto Alegre, defendendo a de 1740 em detrimento à data de 1773, depois do prefeito Loureiro da Silva ter suscitado esclarecimento ao IHGRGS. Conforme Monteiro, “Observo a marca de Spalding na origem da polêmica, por trás da solicitação do prefeito e no processo de legitimação da data – assinando o parecer final do Instituto Histórico -, que permitiria ao prefeito Loureiro da Silva comemorar o bicentenário da cidade, 1940, em meio às inaugurações das grandes obras viárias de sua administração” (MONTEIRO, 2001 *apud* MARTINS T., 2015, 147).

também na produção escrita da própria revista do Instituto, tendo sido o sócio com maior número de publicações entre os anos de 1921 e 1950, com 42 títulos (MARTINS T. 2015, p. 99). Ainda que tenha participado ativamente dentro do IHGRGS, Spalding, assim como outros sócios, se viram fragilizados e alijados dos processos decisórios no que concerne ao tipo de regionalismo a ser estruturado no Rio Grande do Sul. Este grupo era dissidente à “ala conservadora” do IHGRGS ou “Grupo da Globo/Grupo da Livraria” (CORADINI, 2003; GUTFREIND, 1998) pelo domínio nas publicações de maior alcance, centrado principalmente nos escritores ilustres Moysés Vellinho e Othelo Rosa. Essa hierarquia interna, dominada por parte de um grupo específico, somada a concepção divergente de interpretação dos objetos de estudo para conceber uma história de caráter regional, apontam para novas disputas no campo da validação da imagem a ser estabelecida para a figura do “gaúcho” e sua projeção em relação ao resto do país, além da posição social que os próprios “intelectuais” estavam tentando construir para si.

Colocadas essas questões de inserção e deslocamento de Spalding, nota-se que sua posição interna no IHGRGS esteve ligada às frequentes disputas e posicionamentos conflitantes, sobretudo com figuras proeminentes do Instituto. Embora tenha sido representativo em muitos momentos, não conseguiu criar condições para sobrepor-se a outros membros e conseguir alcançar um espaço de maior graduação na hierarquia interna. Ressalta-se que por sua condição material “inferior”, tinha maiores dificuldades, por exemplo, em participar de Congressos e outros eventos importantes, devido à sua posição de funcionário público e professor, o que poderia obstaculizar sua capacidade de circulação por outras áreas. Martins Teles (2015) aponta, tomando o conceito de Bourdieu (2002) de “capital simbólico”, que para manter-se em uma posição central ou dominante dentro de uma hierarquia, como no caso do IHGRGS, “o agente dominante necessita conservar o seu volume de capital, através de novas disputas, acumulando mais *capital simbólico*” (MARTINS T., 2015, p. 218). Aparentemente as disputas e as novas buscas de espaços em que Spalding se envolveu tenderam a “derrotas”, tanto no que concerne às discussões e debates acerca de temas específicos no cenário regional, quanto em um nível mais amplo, “político-institucional”, de intervenção direta nos rumos de um projeto específico. Ainda neste ponto, e observando o “lugar social” ocupado por Spalding no cenário intelectual, o título fantasia utilizado para este subcapítulo parte de uma definição já adotada por Sirinelli em relação a um filósofo e professor francês que figurou como alguém que participa dos debates entre intelectuais importantes sem ser nem “homem da sombra,

nem figura de proa” (SIRINELLI, 2003, p. 253), mas que arregimentou outras pessoas ao seu redor. Martins Teles (2015) ao apontar para as hierarquias internas do IHGRGS indica, por exemplo, Souza Docca, Aurélio Porto e Alfredo Varela como agentes da “ribalta”, figuras de “proa” utilizando a metáfora de Sirinelli. É ele quem igualmente atribui o status de Spalding enquanto “nem figura da sombra, nem homem de proa” em relação a sua participação no IHGRGS. Ainda que se integre aos debates importantes, não consegue colocar-se como elemento do “alto escalão” no cenário regional. Dentro das circunstâncias expostas, as atuações de Spalding não são desprovidas de marcas ou representatividade em outros segmentos, tal qual veremos na Comissão Estadual de Folclore (no segundo capítulo) ou nos CTG e no tradicionalismo (no terceiro capítulo), ainda que tenhamos a impressão que sempre em uma posição de menor importância nas decisões mais relevantes.

## **2 UMA NOVA DISPUTA EM TORNO DA IDENTIDADE REGIONAL: “FOLCLORISTAS POLÍGRAFOS” E “FOLCLORISTAS TRADICIONALISTAS”**

Conforme descrito brevemente no capítulo anterior, o uso do regionalismo e da identidade regional como unidade de análise entre os “intelectuais” sofreu alguns deslocamentos. Neste capítulo iremos trazer aspectos da busca por legitimidade de alguns “intelectuais” para o Folclore enquanto “ciência”. Iremos nos ater especificamente ao cenário regional sul-rio-grandense, mas ponderando brevemente o surgimento das discussões no centro do país. A busca por uma nova conformação da identidade regional parte também de aspectos que envolvem sujeitos agrupados em espaços estruturados social, cultural e/ou institucionalmente, os quais tem a prerrogativa de pautar os elementos simbólicos de valorização da população sul-rio-grandense. Neste caso, outros “subgrupos” irão formar-se e dedicar-se-ão a competir pela capacidade de representar o que é autêntico em matéria regional, aos quais Nedel (2005) classifica como os “folcloristas polígrafos” e os “folcloristas tradicionalistas”. Os primeiros assentados na Comissão Estadual de Folclore (CEF), vinculada a Comissão Nacional de Folclore (CNFL), ao passo que os segundos em um movimento encabeçado por novas figuras distantes do meio “intelectual”.

Iremos, portanto, situar brevemente o surgimento desses “novos lugares” que se inserem nos debates sobre o regionalismo e a identidade regional, para em seguida indicar a relação de Spalding com estes. Buscar-se-á notar a motivação do deslocamento para o âmbito do folclore, tendo em vista os aspectos já citados de dissensão com a “ala conservadora” do IHGRGS. Ainda, veremos no decorrer do capítulo os aspectos distintivos que estavam colocados entre os “folcloristas tradicionalistas” e os “folcloristas de polígrafo”, na esteira do trabalho efetuado por Nedel, a qual produz análises ancoradas no trabalho do antropólogo Luís Rodolfo Vilhena sobre os estudos do folclore e os “intelectuais” regionais. Para este intento, e a partir do uso de algumas correspondências trocadas por Spalding, veremos como a caracterização de um *ethos* demarcador de espaços servirá como base, no seu caso, como elemento adversativo, não apenas na oposição dos já consagrados escritores contra os jovens tradicionalistas, mas também nas formas de aproximação que mantém como esse movimento. Em outras palavras, alguns elementos considerados intrínsecos ao “gaúcho”, formulado pelos

tradicionalistas, tal qual sua indumentária, será objeto de contestação por parte do membro da CEF, indicando que ao mesmo tempo em que os “polígrafos” procuram distanciar-se dos novos “tradicionalistas”, estes também tem princípios que os afastam dos primeiros. Entretanto, na busca de Spalding em também estar presente no movimento tradicionalista — por questões de tentativa de “controle” e “moralização” dos rumos que este virá a tomar, além das possibilidades de adquirir maior legitimação dada sua ascensão — utiliza-se da figura de “intelectual” para rever as prerrogativas do que é necessário ou não para ser considerado gaúcho. Neste caso utilizará a indumentária construída pelos tradicionalistas (pilcha) que para estes é considerada símbolo do “ser gaúcho”, a fim de introduzir um discurso distinto sobre as bases do tradicionalismo enquanto configurador da identidade regional.

## 2.1 A relação de Walter Spalding com a Comissão Estadual de Folclore (CEF)

O período em que o “movimento folclórico” (VILHENA, 1995)<sup>14</sup> surge, ao final dos anos 1940, início dos anos 50, corresponde ao momento pós-democratização do país devido ao fim do período conhecido como Estado Novo (1937-1945). Nesse contexto ocorreram mudanças profundas no plano econômico, político e cultural. Esse “movimento”, no sentido de diversos autores e grupos de pesquisadores dedicados aos estudos do folclore, possui três pontos básicos em seu programa, conforme Luis Rodolfo Vilhena:

(...) desenvolvimento do estudo e da pesquisa do folclore nacional; apoio aos esforços para a preservação de nossa herança folclórica; e introdução do tema no ensino formal, definido como um mecanismo que permitiria preservar a identidade cultural comum da nação, expressa de forma privilegiada por aquela herança. (VILHENA, 1995)

Ainda, os folcloristas buscavam um estatuto científico para seus estudos, autônomos das Ciências Sociais, além de almejar conseguir institucionalizá-lo como disciplina nas Faculdades de Filosofia. (VILHENA, 1995) Para buscar esses objetivos foi criada, em

---

<sup>14</sup> O artigo utilizado neste trabalho, conforme nota do autor, foi originalmente apresentado no 19º Encontro Anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), realizado de 17 a 21 de outubro de 1995, em Caxambu (MG). Consiste em uma versão ligeiramente modificada da segunda sessão do quinto e conclusivo capítulo de sua tese de doutorado (Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro - 1947/ 64), defendida no PPGAS do Museu Nacional/UFRJ.

O acesso ao conteúdo foi feito pelo site eletrônico:

[www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_32/rbcs32\\_08.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_32/rbcs32_08.htm) (acesso em: 02/10/1026), entretanto não há numeração das páginas, sendo citado daqui por diante apenas o autor e a data de apresentação do trabalho.

1947, a Comissão Nacional de Folclore, que vinculada ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), que por sua vez era conectada à nova entidade interacional, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, traduzindo para o português) (NEDEL, 2005, pp 10-11). Como forma de expandir-se a CNFL tinha a prerrogativa de delegar presidentes em comissões estaduais, em uma tentativa de abranger todo o território nacional. Aqui no Rio Grande do Sul a Comissão Estadual de Folclore (CEF) ou Comissão Gaúcha de Folclore foi designada a Dante de Laytano. É este quem convida Walter Spalding para participar da Comissão, em 1948, através de uma correspondência. Nela, Laytano elogia Spalding:

(...) não seria admissível organizar qualquer movimento intelectual, em Porto Alegre, sem contar com o prestígio, colaboração e solidariedade do distinto colega, aliás, figura de destaque no mundo das letras e sempre interessado nos problemas do estudo das tradições gaúchas. (...) O ônus em tempo e trabalho que isso acarreta, ao lado dos inevitáveis mal entendidos, e dissabores são fortemente compensados pela honra conferida e oportunidade de servir a causa da cultura rio-grandense, esperando do ilustre patricio idêntico sacrifício e sincero apoio, como tenho certeza de conseguir<sup>15</sup>

Os ônus e os dissabores mencionados podem ter vinculação com as disputas que ocorreriam a partir dessa postulação do “movimento folclórico”, de buscar espaço enquanto ciência e alargamento das possibilidades de estudo, indo muitas vezes de encontro ao reduto autodeclarado legítimo e porta voz da história e da cultura sul-rio-grandense, o IHGRGS e seus correspondentes de maior prestígio. Os mesmos que cerravam fileiras no Instituto, também se fizeram presentes na CEF. Nedel (2005) chama atenção para esse fato aparentemente paradoxal, uma vez que os “representantes” do IHGRGS não eram afeitos à inclusão dos objetos de estudos voltados ao “popular”, tampouco a intromissão de novos métodos de análise históricos com algum teor culturalista. Para explicar essa situação a autora aponta para um quadro que se formava com essas Comissões espalhadas pelo Brasil. Dado o pouco espaço que a “província” tinha nos círculos “intelectuais” do centro, quando fosse necessário projetar uma imagem do Rio Grande do Sul era necessário apresentá-lo como unidade. Em suas palavras:

(...) dada a estreiteza do circuito intelectual porto-alegrense, o caráter subalterno desse cenário e o peso das amizades na viabilização das carreiras, as elites culturais operavam no limite da interdependência.

<sup>15</sup> Carta de Dante de Laytano para Walter Spalding. Porto Alegre, 20 de abril de 1948. Pasta “Correspondência Passiva”. Fundo Walter Spalding. Arquivo do IHGRGS.

Não só era comum, como indispensável a circulação ampla dos agentes por lugares em que nem sempre eram bem-vindos. Como diz o ditado, ‘roupa suja se lava em casa’. Quando se trata de representar a província aos pares brasileiros, é preciso juntar esforços e dirimir as divergências. (NEDEL, 2005, p. 400).

Nesse “pequeno mundo estreito” dos intelectuais na província, usando a expressão de Sirinelli (2003, p. 234), as alianças e as rivalidades dependiam da dinâmica que estava contemplada em determinado espaço. A CEF, aos poucos, conseguiu realizar uma série de eventos folclóricos e Congressos na capital, além de participar nas comissões dos Congressos de outros estados. A Comissão Gaúcha seria a terceira que mais publicou documentos apresentados para a CNFL, ficando atrás apenas de São Paulo e Bahia. Além disso, seria uma das poucas a ter periódicos próprios, como a revista trimestral “Folclore” e os cadernos da CEF, de periodicidade irregular. (VILHENA, 2007 *apud* NEDEL, 2011, p. 197). Através dos cadernos da CEF Walter Spalding viria a publicar três obras: a primeira em 1954 “Bibliografias do Folclore Rio-Grandense do Sul”; a segunda, em 1956, “A História e o Povo - Costumes, Poesias e Lendas” e a terceira, em 1957, “Tradições gaúchas - a casa - o sal - a chuva”. Além destas, divulga em outros espaços trabalhos que também versam sobre o folclore, como “Tradições e superstições do Brasil Sul – Ensaio de folclore”, em 1955 e no Congresso Tradicionalista, em 1956, a “tese” “O Gaúcho Através da Poesia Popular do Rio Grande do Sul”. Na penúltima obra citada, já no prefácio intitulado “O Folclore”, o autor transparece o status que se propõe para esta área de estudo:

Mas, que é Folclore? — A ciência que estuda em todos os seus aspectos e pormenores as manifestações populares, sejam quais forem. Se é folclore, porém, o que não tem autor definido, o que nasceu no seio do povo sem a marca específica da paternidade. (SPALDING, 1955, p.7).

O status de “ciência” almejado buscava competir com a História pela primazia de definir os critérios legítimos do regionalismo, além de tentar conquistar uma competência “científica” para os próprios estudiosos do Folclore. A atualização nos estudos do folclore com características mais “plurais” ensejavam também uma mudança na própria imagem de “intelectuais” que esses sujeitos queriam refletir, criando novos instrumentos em relação aos já considerados “ultrapassados” e cristalizados que a História política e militar estava assentada. (NEDEL, 2005) Neste quesito, buscava-se trazer para o seio das interpretações históricas as lendas, os costumes, a indumentária, as crenças, as superstições, etc. Manoelito de Ornellas, membro da CEF e do IHGRGS,

mas considerado também um “tradicionalista”, durante o Primeiro Congresso Tradicionalista, em 1954, propõe a defesa da autonomia “científica” do Folclore desvinculada da História:

O folclore não é somente um perfil da História. E, muitas vezes, um índice orientador sobre a origem dos acontecimentos. A História oficial é a relação cronológica dos fatos e fundamenta-se na opulência dos arquivos. Mas, coexistente com as leis, os decretos, as sentenças, os diários de guerra, as proclamações, os tratados, a biografia e a correspondência, uma outra História se escreve, sem o prestígio da imprensa e a consagração erudita das cátedras. É a História que o povo, ator e espectador imediato, alinhava em trovas humildes, em ritmos de danças, em romances e décimas, em frases e sentenças que se tomam populares. É a obra comum que a todos pertence e cujo autor ignorado jamais reivindica a paternidade gloriosa. (ORNELLAS, 1966, p. 87 *apud* NEDEL, 2005, p.288)

Ao trazermos esse vínculo com os tradicionalistas, situaremos outro conflito que os “folcloristas” ligados à CEF enfrentaram, as quais possuem características semelhantes a outras, no sentido das alianças, empréstimos e aproximações momentâneas e de caráter interdependente.

A subdivisão entre folcloristas “tradicionalistas” e “polígrafos”, tem como base a o posicionamento diferenciado no quadro “intelectual” regional, tanto em autoridade, quanto em posição social, sendo estes critérios norteadores da própria condição em que sem disporão a estabelecer relações com o Folclore. Os primeiros são um grupo de jovens egressos do interior, cujas postulações são recriar o espaço do campo dentro da capital, utilizando para isso elementos simbólicos do espaço geográfico específico que é o “pampa” para revivê-los na zona urbana. Dentre as figuras mais destacadas estão Paixão Cortes e Luiz Carlos Barbosa Lessa. Ambos teriam seus nomes na nominata da CEF, indicando um início conciliador baseado em empréstimos de capital social da “elite letrada” em relação aos novatos. (NEDEL, 2005) Aqueles seriam os que de certa forma consagraram seus nomes durante os anos de 1930 e 1940 no IHGRGS tais quais Othelo Rosa, Dante de Laytano, Guilhermino César, Walter Spalding, Manoelito de Ornelas, entre outros. Aqueles jovens criam, em 1948, o primeiro Centro de Tradições Gaúchas (CTG), que ao longo do tempo se constituiria como modelo de agremiação de um movimento mais amplo. Tendo em vista sua estrutura de criação e organização, seus espaços de consagração e legitimação serão pontos de análise do terceiro capítulo, neste momento nos ateremos apenas em situá-los como projetos em disputa ao proposto por alguns “folcloristas polígrafos”. Se em um primeiro momento houve uma tentativa de aproximação entre esses grupos dado o foco de estudo estarem baseados no Folclore,

são seus elementos constitutivos que ajudarão a colocá-los em lados opostos, ainda que de forma “flexibilizada”, não podendo generalizar o posicionamento de todos os considerados “polígrafos”.

## 2.2 Aproximação e ruptura: o *ethos* como elemento de distinção

Nesse novo embate que estava se construindo, que tem bases de análise tanto do regionalismo como processo de construção da identidade nacional, quanto da recriação de novos regionalismos e identidades regionais dentro do próprio cenário local, os considerados “folcloristas tradicionalistas” tiveram um começo aproximado com as figuras ilustres e letradas que compunham as cadeiras tanto do IHGRGS quanto da CEF. O acesso às bases de legitimação e consagração de determinados temas passavam pelas figuras mais proeminentes do cenário intelectual, as quais tinham contatos com o governo, com as editoras e com os veículos de comunicação (sobretudo jornais e revistas) sendo necessário esse contato por parte dos “tradicionalistas” para que fossem divulgadas suas proposições. Por outro lado, os “letrados” nos assuntos regionais viam com bons olhos uma “nova geração” ingressando nas temáticas que envolvem o folclore e a tradição, valorizando as obras regionais e praticando uma espécie de ação cívica ao enaltecer a “nossa terra”. Portanto, o empréstimo (mesmo que muitas vezes apenas nominalmente) servia como apoio aos iniciantes, participando de eventos e festividades organizadas por estes. (NEDEL, 2005, p. 343) Em alguns momentos, mais do que a participação em eventos, sendo escrito os prefácios de obras desses autores e auxiliado na publicação de algumas obras também, como acontece com o “Manual de Danças Gaúchas”, escrito por Paixão Cortes e Barbosa Lessa, pela CEF, em 1956 e com o “Sentido e o Valor do Tradicionalismo”, de Barbosa Lessa, sendo publicado tanto pela CEF, quanto pela revista “Província de São Pedro”. (NEDEL, 2005, pp. 343-344).

O apoio inicial, depois de certo tempo, passou por desconfianças por parte dos “polígrafos”. Suas proposições acerca do Folclore estavam arraigadas na tentativa de dar autonomia à matéria e alavancá-la enquanto “disciplina” científica, além de propor uma inclusão de assuntos que permitissem uma perspectiva mais plural de sujeitos que compunham o Rio Grande do Sul. Sobre isso Nedel indica que

(...) esses autores [vinculados à CEF] faziam questão de ressaltar as diferenças entre o gaúcho histórico e o atual habitante do estado, entre o estereótipo luso-brasileiro da fronteira, consagrado na produção

histórico-literária, e a diversidade de gaúchos da serra, do litoral, das Missões e de outras etnias que deveriam ser consideradas nos estudos mais recentes, mas que eram postas de lado nos rituais festivos do tradicionalismo. (NEDEL, 2005, p. 347)

Entre esses sujeitos a diferenciação não se tratava apenas à maneira de compreender e abordar o passado em suas proposições, que de um lado era inserir a figura do “gaúcho” na cultura brasileira. Por outro lado, entre os “tradicionalistas”, a intenção era consagrá-los enquanto possuidores de atributos considerados distintivos, afirmando-se a partir de qualidades específicas, na construção de aspectos simbólicos que o constituiriam, tendo em vista considerarem em declínio a “cultura regional” por causa da entrada de bens culturais estrangeiros na capital, sobretudo através do cinema.

O aspecto a ser considerado nessa interpretação é o de um *ethos* pautado pela erudição dos “polígrafos”, que almejavam também a consagração da identidade social de “intelectual” pelo viés do Folclore, proposição que conflitava com a proposta estabelecida pelos “tradicionalistas”. A maneira como o “gaúcho” estava sendo retratado dentro dos CTG e em suas festividades afrontava, de certa forma, esse *ethos* “beletrista” reivindicado pelos “polígrafos”, fazendo com que o relacionamento inicialmente estreito fosse sendo realocado com ares de renúncia ao modelo vivenciado pelos “tradicionalistas”. Nesses termos, o que estava em debate era a configuração da identidade regional e, por consequência, da identidade social dos “intelectuais” que não queriam que a imagem cristalizada durante muito tempo pela historiografia fosse retomada, a do antigo caudilho (NEDEL, 2005, pp. 352-355). No processo de construção das identidades sociais há, portanto, atributos selecionados para que constitua uma imagem a ser difundida. Se de um lado a tentativa era ressaltar a pluralidade dos regionalismos, por outro a ideia era demonstrar o particularismo da figura do “gaúcho”. A fim de compreendermos melhor estas questões podemos pensar a partir da proposição de Anne-Marie Thiesse, no que diz respeito a ideia de um “check list” identitário como características comuns na formação das identidades nacionais europeias no século XIX. A autora trabalha com a proposição de que a nação é caracterizada pela transmissão entre gerações de uma herança coletiva, em que “(...) a criação das identidades nacionais consistirá em inventariar [um] patrimônio comum, isto é, de fato, em inventá-lo.” (THIESSE, 2001/2002, grifo nosso). Nesse “check list” apresentado por Thiesse haveria alguns elementos para a consolidação de uma nação, tais quais: ancestrais fundadores, uma história que estabeleça continuidade da nação através das vicissitudes da história, uma galeria de heróis, uma língua, monumentos

culturais e históricos, lugares de memória, uma paisagem típica, um folclore, símbolos, vestimentas, hinos, etc.(THIESSE, 2001/2002). Pensando no “tradicionalismo”, estes itens são selecionados com base em eventos e marcas do passado (ou como eram representados) encarnando as formas de se vestir e de falar de uma figura distante temporalmente. O critério utilizado é o de busca pela “autêntica” cultura, por uma originalidade e essência do “ser gaúcho”. Esses critérios definidores retiram uma imagem, uma figura que se imagina, que se constrói, para retomá-la no presente. Nestes termos, Maciel aponta o passado como legitimador desse discurso edificado a respeito da construção de uma identidade, pois “são as tradições as evocadas para estabelecer um elo entre os homens do passado e os do presente.” (MACIEL, 2001, p. 248).

Esse distanciamento devido ao caráter excessivo de rememorar as tradições por parte dos “tradicionalistas”, ainda que alguns de seus correspondentes também fizessem a denúncia interna do movimento, não remete a uma ruptura no plano concreto, uma cisão e rechaço completo. Alguns membros da CEF mantêm-se no meio tradicionalista, principalmente Manoelito de Ornellas e Walter Spalding. Este acaba imergindo no movimento com estratégias próprias de circulação, atuação e sociabilidades, as quais serão vistas no terceiro capítulo. Neste momento atentaremos para algumas correspondências trocadas por Spalding que podem auxiliar na compreensão do caráter identitário o qual queremos chamar atenção, baseado na proposição de um *ethos* distintivo entre os dois grupos citados.

Uma das missivas em questão foi encaminhada por Spalding para o CTG “Paixão Cortes”, em que agradece as palavras proferidas durante uma palestra no CTG “Rincão da Lealdade”, em Caxias do Sul, além do título de “sócio benemérito” do Centro Tradições ao qual estava se correspondendo. Ao tratar sobre assuntos relacionados ao “traje típico” do gaúcho, menciona algo interessante para pensarmos essa relação de distinção com os “tradicionalistas”: “Francamente, gaúcho despilchado, meio ‘cola-fina’, sou, na realidade, como dizem alguns, deslocados nos meios tradicionalistas (...)”<sup>16</sup> Antes de avançarmos em outros aspectos da carta, ressaltamos qual o significado do termo “cola-fina”, que tem sentido correlato aos “cavalos de trato”, bem cuidados e, por isso, tem a “cola-fina”, lisa. Por extensão, um sujeito com essa característica seria designada ao homem da cidade ou que não sabe das coisas do

---

<sup>16</sup> Carta de Walter Spalding para o CTG “Paixão Cortes”. Porto Alegre, 24 de abril de 1956. Pasta “Correspondência Ativa”. Fundo Walter Spalding. Arquivo do IHGRGS.

campo.<sup>17</sup> Neste ponto, portanto, não apenas os “polígrafos” buscavam um status de distinção no que se refere aos “jovens tradicionalistas”, mas também lhe eram atribuídos elementos “discriminadores”. O que chama atenção, além disso, é a forma que Spalding assimila essa distinção, mas ao mesmo tempo a contorna quando trata sobre a indumentária gaúcha como item prescindível na constituição de um “autêntico gaúcho”.

No decorrer da carta diz:

(...) embora tenha para mim que não são nem as bombachas, nem as botas, nem o pala, nem chapéus, esporas, guaiacas, tiradores e outras pilchas, que fazem o gaúcho, mas sim a nobreza de caráter, a grandeza da alma, a dedicação e o amor ao pago e às nossas gloriosas tradições.<sup>18</sup>

Neste trecho percebe-se o distanciamento colocado, já que uma das características mais significativas que os “tradicionalistas” incluem no rol de bens simbólicos produzidos que os constituem seja justamente sua indumentária. E não apenas afasta-se, mas recorre a outros subsídios para fundamentar essa identidade, os quais não correspondem a uma alegoria inventada (ou recriada), e sim a atributos “cívicos” do sujeito. Sobre essas invenções os próprios tradicionalistas previram algumas situações, tal qual aponta Barbosa Lessa:

Quando algum elemento faltasse para a nossa ação, nós teríamos que suprir a lacuna de um jeito ou de outro. Assim, por exemplo, qual o adjetivo que daríamos a nós mesmos quanto estivéssemos vestidos à gaúcha? Alguém sugeriu ‘aperado’, Mas ‘apero’ significa arreamento, é roupa de cavalo, o termo não ficava bem. Então, na ata de 8 de Maio de 1948 o secretário Antônio Cândido se lembrou que pilcha é dinheiro ou objeto de uso pessoal que possa ter uma valor pecuniário. (LESSA, 1985, *apud* MACIEL, 2001, p.257).

Assim, a vestimenta que em seu novo significado remetia a algo valoroso para a constituição do gaúcho estava sendo colocada como secundária por parte de Spalding. Continuando a carta, ainda há outro elemento a ser analisado, que demonstra um distanciamento, em termos de posição, mas não necessariamente uma ruptura.

Tenho indumentária, mas pouco a uso e, agora ainda menos, porque estou sem botas e ainda não pude mandar fazer novas devido ao alto preço. Mas, se Deus quiser, tê-las-ei novamente antes do fim do ano. E, não usando nossa tradicional, bela e grandiosa indumentária, quero, apenas, provar que gaúcho não é roupa, mas algo mais, como já disse:

<sup>17</sup> Os cavalos de trato, cavalos de cocheira, cuidados com carinhos especiais, como os de prado, por exemplo, ou do andar elegante, têm por isso, a cola fina, lisa, sempre bem penteada e lustrosa. Por isso denomina o gaúcho de cola-fina ao homem da cidade, ou que não entende da vida do campo”. (Walter Spalding, citado em Nunes e Nunes, 1990, p. 23 *apud* NEDEL, 2005, p. 330)

<sup>18</sup> Carta de Walter Spalding para o CTG “Paixão Cortes”. Porto Alegre, 24 de abril de 1956. Pasta “Correspondência Ativa”. Fundo Walter Spalding. Arquivo do IHGRGS.

caráter e dedicação, amor ao que é nosso e franca camaradagem dentro da tradição crioula.<sup>19</sup>

Neste trecho Spalding “retoma” os laços com os “tradicionalistas”, indicando que possui a indumentária, mas que dada sua incompletude não a está usando, ainda mais pelo seu alto valor. Sobre isso, inclusive, em outra correspondência, enviada para Théo Brandão, membro da CNFL, nativo de Alagoas, pouco mais de um ano antes da correspondência supracitada, Spalding menciona que em Porto Alegre haveria poucos lugares que vendem os trajes do gaúcho. Ainda, relata o alto preço do traje:

“(…) bota Cr\$ 500,00; guaiacas, botas e esporas 100,00 cada um; chapéu 200,00, bombachas 50 a 100 (...) poncho ou pala cerca de 500. Isso o traje simples (...) Como vê, uma roupa completa de gaúcho sai bem cara, hoje. Mas o gaúcho, apesar disso, não a troca por nenhuma outra”<sup>20</sup>

Nota-se por este aspecto que embora o “movimento tradicionalista” esteja pautado por atingir as “camadas populares”, o alto custo da sua indumentária, obrigatória para ser considerado um “autêntico gaúcho”, era um limitador para atingi-la, ao menos em um primeiro momento. Além disso, há um elemento curioso nesta carta. Ao final da correspondência Spalding menciona que embora a roupa seja cara, “o gaúcho não a troca por nenhuma outra”. Colocamos esse pequeno excerto não como um elemento buscando o contraditório e, por consequência, distinguir o “falso” do “verídico”, mas de sugerir uma análise dos diferentes destinatários com quem Spalding se corresponde como indicativo dessa suposta antítese. Diferentemente da primeira epístola, Spalding está tratando com alguém de outro estado, portanto acreditamos que essa “mudança” de perspectiva quanto ao traje típico do gaúcho esteja assentada na abordagem que postulamos anteriormente, em que se tratando de configurar uma unidade regional e refleti-la aos outros, o que vale é a união acerca dessa imagem. Especificamente sobre o tradicionalismo, pode-se perceber que há um ponto que distancia o remetente do destinatário, qual seja o fato de que ele não precisa necessariamente estar trajado para se remeter às tradições, pelo contrário, demonstra que o incipiente movimento tradicionalista deve antes se revestir de atributos que atentem a uma ordem, um caráter, uma dedicação, e que não seria apenas usando trajes que o sujeito se tornaria “gaúcho”. É perceptível, portanto, a presença de um *ethos* que

<sup>19</sup> Idem

<sup>20</sup> Carta de Walter Spalding para Theo Brandão. Porto Alegre, 21 de janeiro de 1955. Pasta “Correspondência Ativa”. Fundo Walter Spalding. Arquivo do IHGRGS.

distingue a figura de Spalding, representando uma intelectualidade, quanto à forma que os CTG, especificamente no caso citado, e os tradicionalistas de forma geral, se colocam em relação às “gloriosas tradições” e ao tão amado “pago”. Retomando as proposições de Nedel, a autora aponta para o entrecruzamento de identidades territoriais e identidades sociais (profissionais) dos agentes em disputa, de um lado os “folcloristas de polígrafo”, neste caso Spalding e de outro os “folcloristas tradicionalistas”, sintetizados de forma mais ampla, neste caso, na figura dos Centros de Tradição. Considerando estas identidades a autora afirma que

(...) é de se recordar uma diferença importante: ao passo que os tradicionalistas autorizam seus enunciados pela vivência, presumindo uma identidade orgânica com os portadores do que deve ser preservado (nomeadamente, o “povo” e o “campeiro”), o *ethos* beletrista ligado à curiosidade “científica”, sustentada pelos polígrafos da geração anterior, impunha como dever de ofício distinguir a função alegórica do gaúcho típico (“tradicionalista”), da base documentada - isto é, autêntica - do gaúcho histórico. (NEDEL, 2005, p. 355).

O posicionamento de Spalding analisado através das correspondências demonstra que para ele não havia necessidade de se portar e mostrar-se gaúcho pela alegoria das vestes, ao menos quando o assunto é tratado internamente, entre seus “pares” regionais. Embora o fato de reiterar que “(...) mas, se Deus quiser, tê-las-ei [as botas] novamente antes do fim do ano. E, não usando nossa tradicional, bela e grandiosa indumentária, quero, apenas, provar que gaúcho não é roupa, mas algo mais” seja um indicativo de que a intenção não era refutar o uso da indumentária, mas sim deslocar as questões identitárias para outro viés, não marcadamente no plano simbólico, mas sim o da “moral”. Isso se vincula com a tentativa de tentar controlar as diretrizes do movimento, questões que serão trabalhadas mais detidamente no terceiro capítulo. Essa forma velada de tratar o assunto dá indícios também de que ele não tem intenção de se desvincular dessa “rede” formada pelos CTG, mas de estar próximo para tentar modifica-la a partir de suas convicções, sejam elas marcas individuais ou coletivas. Sendo assim, na atuação específica de Spalding, consideramos que o teor não seja de ruptura com o “tradicionalismo”, mas de distanciamento estratégico, na demarcação de uma posição, no entanto sem afastar-se por completo.

### **3 MANTENDO AS “RÉDEAS DA MORAL” E OCUPANDO UM ESPAÇO EM DISPUTA: AS RELAÇÕES ENTRE WALTER SPALDING E OS TRADICIONALISTAS (1952-1958)**

O referencial utilizado anteriormente, no que diz respeito à compreensão do instrumental analítico de “sociabilidade”, e a formação de “redes” por parte dos intelectuais, terá maior atenção neste capítulo. Retomaremos essas concepções no sentido de orientar a análise das relações de determinado grupo ou “empresa” intelectual, mas principalmente as possibilidades de interação, intervenção e posicionamento que os indivíduos procuravam projetar nessas redes. Ressaltamos que a formação destas não significava necessariamente uma coesão ou homogeneidade na atuação e pensamento dos indivíduos envolvidos, portanto o olhar que se pretende nestes espaços e conexões não são de unidade tácita e pensamento uniforme de seus partícipes, mas sim as formas de atuação e circulação em espaços distintos.

No caso específico deste trabalho implica perceber a atuação de Walter Spalding nessas redes, emprestando sua identidade social de intelectual polivalente ao movimento tradicionalista, mediando eventos, palestras, conferências, mas ao mesmo tempo fazendo uso de sua posição para interferir nas diretrizes de formação desse movimento. Sendo uma ação tanto no universo coletivo, da estrutura formada pelas redes e das condições que suas conexões permitem nas trocas com outros espaços, quanto particular no caso de autoafirmação e produção (e por que não projeção?) de uma “imagem de si” em relação a sua identidade social.

Gomes (1993) estabelece acerca das sociabilidades no meio intelectual um sentido duplo. A autora se baseia na interpretação de Sirineli (2003), o qual determina essa dupla acepção na percepção de que são “(...) ao mesmo tempo redes que estruturam e microclima que caracteriza um microcosmo intelectual particular” (SIRINELLI, 2003, p. 253). Gomes, nesse sentido, indica que essa ideia, por um lado

(...) remete as estruturas organizacionais da sociabilidade através de múltiplas e diferentes formas que se alteram com o tempo, mas que tem como ponto nodal o fato de se constituírem nos *loci* de aprendizagem e trocas intelectuais. Salões, cafés, casas, editoras, academias, escolas, revistas, manifestos e mesmo a correspondência de intelectuais são lugares preciosos para a análise do movimento de fermentação e circulação de ideias. (GOMES, 1993, p.65)

Seguindo esse caminho, no presente trabalho, as estruturas organizacionais, ou seja, os lugares de representação estão conformados na CEF, no IHGRGS, nos

primeiros Congressos Tradicionalistas e nas correspondências de Spalding (sobretudo as que se referem aos CTG e ao movimento tradicionalista), sendo os dois últimos itens os pontos de análise daqui por diante. Neste quesito, portanto, analisar-se-á a circulação de suas ideias através das correspondências com figuras que estão inseridas nos CTG e na formação dos Congressos Tradicionalistas, mas também com personagens que não estão diretamente ligadas a este meio, permitindo também um olhar comparativo de suas ideias de acordo com a figura a quem se corresponde. Por vezes utilizar-se-á, também, algum recorte de jornal, sendo que grande parte está assentado junto à correspondência enviada ou recebida, condicionada desta forma no arquivo pesquisado.

Retomando a ideia de Gomes, a autora ainda coloca que

(...) a segunda acepção dessa noção está como que secretada nas redes que estruturam as relações entre os intelectuais. Ela é constituída pelo que a literatura chama de 'microclimas' que caracterizariam estes pequenos mundos em particular (GOMES, 1993, p.65).

Estes microclimas seriam os grupos específicos dentro dessas estruturas, os quais possuem vínculos através de uma rede de conexão com outros espaços. A sociabilidade dessas redes pode ser formada pelas alianças, que não necessariamente tinham ligação direta com uma identificação social ou ideológica com a entidade que se torna membro. A participação apenas nominalmente em determinada entidade era algo comum em um período onde o prestígio intelectual se fazia pela possibilidade de estender suas participações em quantas instâncias diferentes fosse possível. Evidente que havia espaços de renome e maior projeção, mas ter oportunidade de publicar trabalhos em lugares distintos poderia elevar o destaque intelectual de um sujeito.

Outro fator relevante são as alianças consideradas estratégicas. Martins Teles, ao trazer o exemplo do membro do IHGRGS Othelo Rosa, salienta que este participava da maioria das entidades culturais do estado, indicando que muitas de suas ações tinham o sentido de

(...) uma atuação de “patrulha” muito mais do que engajamento ou identificação. Assim, fazia parte de instituições rivais ou aliadas táticas. Analisando a atuação desses agentes mais de perto, se percebe as clivagens que surgiam num ambiente que ao observador externo pareceria de unidade (MARTINS T., 2015, pp. 76-77).

Além dos aspectos citados acima há outro elemento que permite compreender as tomadas de posicionamento dos intelectuais conquanto buscavam uma afirmação sobre o que diziam ou projetavam sobre determinado assunto que envolvia a interpretação das questões regionais. Trata-se das disputas, que ao serem analisadas enquanto

posicionamentos e engajamentos em outros subgrupos entrelaçados nas redes (e podem ou não ser a defesa “ideológica” de um grupo) permite que se vejam as tomadas de partido (ou estratégias) de acordo com as possibilidades de interferir nas discussões de determinados espaços, pautando temas e assuntos legítimos para serem abordados. Neste aspecto, a inserção em diferentes espaços permite visualizar as intervenções feitas, as discussões e os direcionamentos que se queria dar em seus discursos. No caso de Spalding, analisar suas correspondências (dentro de um universo que envolve o assunto do movimento tradicionalista) serviu como guia na análise das dissensões entre os partícipes do movimento (e as razões destas), mas também que formas ele utilizava para circular em subgrupos específicos e de que maneira conseguia intervir nas discussões sobre os rumos que tradicionalismo poderia ou deveria tomar.

### 3.1 A participação nos CTG e nos primeiros Congressos Tradicionalistas (1954-1956)

A participação de Spalding nos “quadros sociais” dos Centros de Tradições acontece já no final dos anos 40, enquanto apoiador do incipiente movimento tradicionalista, tendo este como centro formador principal e pioneiro o “35”CTG<sup>21</sup>, no qual Spalding ingressa em 1951, conforme correspondência do próprio CTG informando a aceitação de seu nome na agremiação<sup>22</sup>. Sua chegada ao quadro social do CTG já demonstra uma peculiaridade que reforça o sentido trabalhado no segundo capítulo no que diz respeito ao *ethos* diferencial dos “folcloristas polígrafos” e os “folcloristas tradicionalistas”. O termo utilizado para se referir a Spalding como novo membro está rasurado da seguinte forma: “~~peão-diarista~~”; sobrescrito, então, pelo termo “sócio”. Peão tem, sim, uma conotação sinônima de sócio, mas pelo jargão utilizado pelos CTG na sua hierarquia interna as nomenclaturas se diferenciam levando em consideração outras entidades, por exemplo, o “patrão” ser o presidente<sup>23</sup>. “Peão

<sup>21</sup> As aspas serão utilizadas devido à referência do número ser feita em relação ao ano de 1835; o começo da “Revolução Farroupilha”.

<sup>22</sup> Carta de “35” CTG a Walter Spalding. Porto Alegre, 28 de abril de 1951. “Correspondência Passiva”. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

<sup>23</sup> A estrutura jurídica e hierárquica do “35” previa em seu primeiro regimento interno diversas atribuições, sendo estas atreladas a atividades ou espaços relacionados a vida campeira, como tentativa de recriar tanto o espaço (CTG), quanto as características simbólicas que seriam marcas do trabalho no campo, dentro do espaço urbano da capital. Sendo assim, temos que “O próprio Centro será chamado de “Estância do 35”; os departamentos de “Invernadas”; o presidente de “patrão”, o vice-presidente de “capataz”, o 1º secretário de “sota-capataz”, seguido pelo “agregado 2º secretário”, pelos “agregado 1º tesoureiro” e “agregado 2º tesoureiro”; os chefes de departamentos de “posteiros”, os membros do Conselho Deliberativo de “vaqueanos”, os sócios de “peões” (...). (Boletim Mensal do “35” Centro de

diarista”, segundo Nedel (2005, p.331), seria aquele que é “frequentador avulso” do CTG . Nem tanto pela relação de Spalding com o “35” que se pretende chamar atenção neste trecho, mas sim pelo tipo de tratamento distinto a alguém que corresponde a um universo não tão próximo das bases do *tradicionalismo* cetegista. Há um indicativo de que mesmo Spalding ocupando um espaço semelhante ao de outros sócios que frequentam esporadicamente o recinto, sua designação é dada diferentemente, podendo significar uma tentativa de manter esse distanciamento entre um sócio que tem determinado “status” e outro que não está em um patamar tão alto. A possibilidade é que a substituição seria mais bem vista pelo novo integrante, indicando que pela sua posição de “intelectual” teria um desígnio diferenciado.

Já nos anos 50, mais precisamente em 1954, é eleito capataz da entidade, que equivaleria a algo como vice-presidente. Ainda no mesmo ano é convidado representar<sup>24</sup> o CTG no vindouro Congresso Tradicionalista, em Santa Maria<sup>25</sup>, assim como Manoelito de Ornellas (também representante do CTG neste momento). Nos termos de análise estabelecidos, podemos indicar os espaços dos Centros de Tradição, assim como os Congressos Tradicionalistas, enquanto novas redes de sociabilidades e espaços de atuação. É interessante notar que essa representação estava sendo requisitada em duas frentes distintas. Conforme já explicitado no capítulo anterior, Walter Spalding era integrante, juntamente com Dante de Laytano, entre outros, da CEF. Este solicita que Spalding leve a colaboração da CEF ao 1º Congresso Tradicionalista<sup>26</sup>. Portanto, inicialmente, a representação do intelectual Spalding está sendo requisitada, de um lado, para o “35” CTG, justamente pela legitimidade que o historiador/folclorista carrega, ou seja, seu prestígio social de intelectual renomado nas questões relacionadas à tradição e ao folclore. Ao passo que sua solicitação de representação para a CEF se dava no outro quadro, no de efetivar um controle rígido para que as questões históricas e folclóricas não fossem submetidas ao vulgar, ao senso comum. Esse aspecto será retomado mais adiante no que diz respeito às disputas iniciais travadas pela forma de organização dos CTG, assim pelo que poderia ser considerado legítimo ou não dentro do movimento tradicionalista. Dito isto, considera-se que há uma duplicidade na representação de

---

Tradições Gaúchas. Ano I – Setembro de 1950. Regimento Interno *apud* ZALLA, Jocelito. O Centauro e a Pena: Luiz Carlos Barbosa Lessa (1929-2002) e a invenção das tradições gaúchas. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2010.p. 152

<sup>24</sup> Carta de “35” CTG a Walter Spalding. Porto Alegre, 08 de março de 1954. “Correspondência Passiva”. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

<sup>25</sup> 1º Congresso Tradicionalista, realizado na cidade de Santa Maria/RS, de 1º a 4 de julho de 1954.

<sup>26</sup> Carta de Dante de Laytano a Walter Spalding. Porto Alegre, 21 de junho de 1954. Pasta “Correspondência Passiva”. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

projetos ocasionalmente antagônicos. De um lado os “intelectuais” desgarrados do IHGRGS e reorganizados na CEF, sobretudo Dante de Laytano, Manoelito de Ornellas e Walter Spalding, e de outro o novo quadro que estava se formando com os “folcloristas-tradicionistas”, principalmente a partir da maior ocupação dentro do ITF. “Polígrafos” e “Tradicionistas” tiveram um começo baseado em empréstimos de prestígio por parte dos primeiros (já consagrados na produção intelectual regional), ainda que Nedel (2005) aponte para uma situação em que:

Enquanto Manoelito de Ornellas e Walter Spalding sustentavam o alinhamento como única forma de manter as rédeas “morais” e o rigor “cultural” do tradicionalismo, para Laytano pareceu melhor evitar as confusões permanecendo calado: “Nada de falar na abelheira, nem de chegar perto...” (NEDEL, 2015, p.354).

Laytano explicitou esse ponto de vista em missiva<sup>27</sup> enviada para Renato Almeida, então presidente da CNFL.

A aproximação de Spalding com o movimento tradicionalista tinha a intenção de estreitar relações, muitas vezes não propriamente com os integrantes e representantes mais proeminentes do movimento, mas com os CTG, os quais mantinha contato através de correspondências e solicitação de participação em palestras e conferências sobre temáticas que envolvem a história e cultura sul-rio-grandense, ainda que o próprio reconheça que por muitas vezes não pôde comparecer por questões financeiras e de tempo<sup>28</sup>. Ausentar-se do seu cargo público para participar de algum evento, por exemplo, exigia autorização do prefeito, como é o caso em que solicita a Martim Aranha (prefeito de Porto Alegre), por correspondência, para ausentar-se por dois dias a fim de comparecer no 2º Congresso Tradicionalista, em Rio Grande.<sup>29</sup> E aqui cabe lembrar a validade de manter uma proximidade tendo em vista a amplitude que o movimento já estava tomando, angariando votos favoráveis na esfera midiática (veículos de comunicação)<sup>30</sup> e também na burocracia do Estado<sup>31</sup> (respaldo dos

<sup>27</sup> AMJC, CE 1955, v.2, AP1034. Of. 541 s/d, de Dante de Laytano a Renato Almeida, apud NEDEL, 2005, p.354.

<sup>28</sup> Como já foi abordado no primeiro capítulo, Spalding além de funcionário público também era professor na escola Anchieta, não tendo tantos recursos financeiros quanto outros que eram provenientes de famílias abastadas. Em algumas correspondências ele menciona a dificuldade em comparecer nos eventos pelo excesso de trabalho. Isso não exclui a possibilidade de ser utilizado como retórica em algum momento por não querer participar de determinado evento.

<sup>29</sup> Carta de “35” CTG a Walter Spalding. Porto Alegre, 11 de novembro de 1955. Pasta “Tradicionalismo – 2º Congresso Tradicionalista”. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

<sup>30</sup> Entre os programas regionalistas que iniciaram suas audições em 1954 estavam: ‘Mostre que você é gaúcho’ (meia-hora destinada a lições sobre a história e folclore rio-grandenses, com perguntas e prêmios para o auditório) e ‘Festa no Galpão’, na Radio Farroupilha de Porto Alegre; ‘Rancho da Tradição’, na

governantes). O contato mais próximo com os centros do interior, por exemplo, tem uma importância pela capacidade e flexibilidade em angariar “adeptos” à sua forma de orientação do tradicionalismo. A flexibilidade, neste caso, tendo em vista ser um fenômeno consideravelmente recente, que teve sua iniciativa na capital (ainda que os formadores sejam migrantes do interior), e que mesmo com a frequente divulgação<sup>32</sup> pela mídia através dos principais representantes do tradicionalismo, ainda se configura como um espaço que pode ser disputado, ou seja, uma nova rede de relações. Frequentes são as trocas de correspondências com os CTG do interior no período analisado, inclusive de recortes de jornais que indicam a participação de Spalding em palestras e conferências, ou a solicitação (e indicação) de algum trabalho que possa ser utilizado para compreender determinada temática<sup>33</sup>. O jornal de Caxias do Sul, “O

---

Radio Cultura’ de Bagé; ‘Galpão de Estancia’, na Radio Júlio de Castilhos, da cidade do mesmo nome; ‘Gauchadas no ar’, na Radio Imembuí de Santa Maria e ‘Noites de Ronda’, na Radio Santa-Mariense de Santa Maria. Programas gauchescos também eram apresentados, semanalmente, pela ZYC3 de Rio Grande, Radio Sao Luiz, de Sao Luiz, ZYP 5 de Passo Fundo, e pela Radio Palmeira, de Palmeira das Missões. Já os jornais do interior do Estado, passaram a publicar, aos domingos, colunas destinadas a difusão do tradicionalismo: Diário Popular, de Pelotas (‘Querencia’), A Razão, de Santa Maria (‘Clarinadas Gauchas’), e A Fronteira, de Uruguaiana (‘Tudo pela Querencia’). Seções permanentes de folclore também eram mantidas pelas revistas ‘Patronato’ (assuntos sociais e assistência penitenciária), o ‘O Farol’ (mensário da Paroquia do Rosário), ‘Pampa’ (do Clube de Excursões Farrroupilha), ‘Novidade’ (boletim bibliográfico editado em Uruguaiana) e Revista AABB. Cf. “Dia 2, em Santa Maria, o Primeiro Congresso Tradicionalista Gaúcho”. Diário de Notícias. Porto Alegre, 37 jun. 1954 BAM PASTA 28 F-0 1 9 2 apud NEDEL, 2005, nota de rodapé 154, p. 152).

<sup>31</sup> O prefeito de Porto Alegre Ildo Meneghetti, semanas antes de ocorrer o 1º Congresso Tradicionalista, envia carta aos “Membros da Comissão Organizadora do 1º Congresso Tradicionalista”, em apoio ao movimento, e elevando a união que este trazia para o Rio Grande: “Patrões, capatazes, peões, nos momentos preciosos, e, sempre que o Rio Grande o exigia, confraternizava-se com só um homem, em defesa da liberdade da terra e da gente”. Carta de Ildo Meneghetti a Walter Spalding. Porto Alegre, 23 de junho de 1954. Pasta “Tradicionalismo e Folclore – 1º Congresso Tradicionalista”. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS. A esfera pública do Estado estava presente não apenas no incentivo simbólico, mas também financeiro. O governador Ernesto Dornelles cria a lei nº 2369/54, a qual destina um auxílio financeiro ao 1º Congresso Tradicionalista no valor de Cr\$ 40.000,00. Carta de Ernesto Dornelles aos Membros da Comissão Organizadora do 1º Congresso Tradicionalista. Porto Alegre, 1º de julho de 1954. Pasta “Tradicionalismo e Folclore – 1º Congresso Tradicionalista”. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

<sup>32</sup> A começar pelos meios de comunicação, nos quais em meados dos anos cinquenta Antônio Augusto Fagundes, Carlos Galvão Krebs, Luis Carlos Barbosa Lessa, Paixão Cortes e Glaucus Saraiva já participavam de programas de rádio destinados à propaganda tradicionalista e ao entretenimento folclórico, tendo ainda nos jornais de grande circulação, como “Diário de Notícias”, “A Hora” e “Jornal do Dia”, garantida a publicação regular de artigos, entrevistas e cartas abertas em colunas especializadas nas matérias regionalismo e tradição. NEDEL, 2005, p.10.

<sup>33</sup> No total de cerca de 60 correspondências passivas analisadas, ao menos 14 versavam sobre convites para eventos do tipo “campereadas”, bailes, churrascos, “festas tradicionalistas”, “Fandangos”, entre outros; 8 convites para inaugurações de Centros de Tradições, convites/informe de associação como membro ou informativos sobre a posse de novas diretorias e 10 solicitando apresentações de trabalhos em

Pioneiro”, por exemplo, trazia em sua coluna “Gaúchos & Tradições” a seguinte notícia: “Hoje à noite teremos a raríssima oportunidade de ouvir o Prof. Walter Spalding, homem de letras, já conhecidíssimo no Rio Grande do Sul, que brindará nosso público com uma conferência versando sobre o tradicionalismo”.<sup>34</sup> O termo utilizado, “homem de letras”, expõe a condição que Spalding possuía no cenário regional dentro do tradicionalismo. Inclusive sendo solicitado para auxiliar quem não tinha conhecimento no assunto, sendo requisitado pelo patrão CTG “Ronda Charrua” a fim de ajudar seu genro, em virtude do Terceiro Congresso Tradicionalista, pelo fato do sujeito ser considerado “nêscio” nos assuntos tradicionalistas.<sup>35</sup>

Em 1955, Spalding participa do Segundo Congresso Tradicionalista. Enquanto Relator-Geral do evento, em seu discurso, exalta a eficácia deste congresso, elogiando a organização do CTG “Mate Amargo”, na figura de seu patrão Dr. Oswaldo Miller Barlem, além de expor que muito desse êxito vem de algumas lições que o Primeiro Congresso havia deixado: o regulamento e o sistema de aprovação ou reprovação dos pareceres elaborados sobre as teses, e não das teses em si. Com relação às teses, traz a experiência da participação em outros congressos para aplicar neste caso, explicitando que reprovar ou aprovar uma tese era inviável, tendo em vista o caráter perene e “subjetivo” que esta poderia ter, vindo a ser “reformada” ou “condenada”. O próprio relator diz

“Foi por isso e em outras coisas semelhantes que os cientistas, historiadores, geógrafos reunidos em congresso resolveram, com grande justiça e real proveito que acabou com discussões estéreis e intermináveis em torno de teses que são muitas e muitas vezes meros pontos de vista rigorosamente pessoais, não mais aprovar ou reprovar teses em Congressos e, sim, apenas o parecer do relator especial, designado para estudar a tese ou teses.” (CTG MATE AMARGO, p. 1956, p.80).

Mesmo a estrutura sendo adequada e utilizada nas outras edições dos Congressos, é interessante notar como Spalding consegue se aproximar da organização desse espaço que é uma espécie de “Poder Legislativo” do movimento tradicionalista e introduzir questões afeitas a outros espaços mais voltados aos “cientistas”. Entretanto, como

---

palestras, conferências ou outras solenidades. Ao fazermos esse levantamento queremos indicar a recorrência com que Spalding era requisitado nos meios tradicionalistas.

<sup>34</sup> “Gaúchos & Tradições”. “Hoje à noite teremos a raríssima oportunidade de ouvir o Prof. Walter Spalding, homem de letras, já conhecidíssimo no Rio Grande do Sul, que brindará nosso público com uma conferência versando sobre o tradicionalismo”. Recorte de jornal “O Pioneiro”, Ano VIII – n.º 25, 21 de abril de 1956. Carta do CTG “Rincão da Lealdade” a Walter Spalding. Caxias do Sul, abril de 1956.

<sup>35</sup> Carta do CTG “Ronda Charrua” a Walter Spalding. Farroupilha, s/d 1956. Pasta “Correspondência Passiva”. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

veremos mais adiante, a fórmula adotada no Congresso e a abertura a outras questões não tão atentas à organização e diretrizes próprias do movimento e dos CTG, mas sim teses gerais sobre temáticas diversas, incluindo a de Spalding com a tese “ O Gaúcho através da poesia popular do Rio Grande do Sul”, gerou inquietações por parte de integrantes representativos do tradicionalismo. Veremos o caso envolvendo Carlos Galvão Krebs, na sequência do trabalho, em relação às disputas internas.

Ressaltamos que o Terceiro Congresso Tradicionalista, em 1956, na cidade de Ijuí, entre 18 e 21 de Outubro, não teve a participação direta de Walter Spalding, mas sim o envio de um trabalho a ser lido pelos congressistas. Algo que foi apenas parcialmente adotado e gerou situações conflitantes tanto pelo conteúdo do trabalho, quanto pela sua não apresentação como ele gostaria, portanto será abordado junto com as disputas que envolvem o movimento tradicionalista e Walter Spalding mais adiante no texto.

O alcance do movimento tradicionalista entre os anos de 1952 e 1956, conforme divisão<sup>36</sup> de Nedel (2005) representa o período de maior expansão e do culto às tradições, sendo o primeiro ano, por exemplo, o da reunião em Assembleias para definir o norte do movimento e também da possibilidade de executar o primeiro congresso. Também é neste momento que acontece a multiplicação acelerada dos Centros de Tradição, sobretudo os do interior, sendo os da capital voltados à divulgação sistemática através da mídia escrita e fonográfica, conforme visto nas notas do texto. O ápice deste momento é a realização do 1º Congresso Tradicionalista (e suas edições anuais) que, conforme o próprio Spalding, em discurso proclamado no 2º Congresso Tradicionalista, em Rio Grande, considerou-o um “(...)‘Congresso Preliminar’, espécie de ‘estação experimental’, cujos resultados iriam servir de ponto de partida para a definitiva organização dos Congressos Tradicionalistas.” (CTG MATE AMARGO, 1956, p. 79). O primeiro Congresso tem participação de Spalding, já que atuou diretamente na comissão especial, cuja composição também contava com Manoelito de Ornellas, Sady

---

<sup>36</sup> De acordo com a autora, a partir das fontes e textos analisados, podem ser fixados três períodos-chave no processo de desenvolvimento do *tradicionalismo*, tendo como base a formação do “35” como alicerce do movimento. O primeiro período seria de 1948-1952, de caráter rarefeito, na busca por espaços e consolidação interna. Já o segundo, entre 1952-1956, é a etapa que ocorre a multiplicação dos CTG e a conquista dos espaços almejados, mas também a realização do 1º Congresso Tradicionalista, em 1954, em Santa Maria. Já o último período, entre 1956-1965, seria a entrada de “uma elite mais especializada do *tradicionalismo* às instituições de governo”, neste caso o ITF. NEDEL, Leticia Borges. Entre a beleza do morto e os excessos do vivo: folclore e tradicionalismo no Brasil meridional. Revista Brasileira de História, vol. 31, nº 62. pp. 202-204.

Scalante (primo de Barbosa Lessa), Emílio Rodrigues e Luis Alberto Ibarra. (CTG MATE AMARGO, 1956, p. 80). Ainda que Nedel (2005) aponte para um caráter eminentemente “popular” e “antiacadêmico” buscado oficialmente pela primeira edição do evento, dois dos integrantes da comissão são formados por “eruditos” que são voltados para as pesquisas relacionadas ao folclore e à história. Isso pode estar relacionado ao fato de ainda não ter ocorrido um afastamento completo entre os “polígrafos” e os “tradicionalistas”, tendo esse acirramento se dado de forma mais incisiva na disputa entorno do ITF e a consequente perda desse espaço pela CEF que, na figura de Laytano, desejava nomear pessoas próximas para a direção do recém criado instituto. Embora a CEF tenha sofrido esse “tropeço” na sua busca por maior visibilidade frente ao poder público, na disputa enquanto “empresa” historiográfica, não significa que seus representantes tenham deixado de circular nesse novo espaço que se conformava. O caso de Spalding é evidente, já que participa pelo menos até 1958<sup>37</sup> dos Congressos Tradicionalistas conquanto se pode datar e buscar as fontes (ainda que no terceiro não presencialmente, mas por envio de trabalho).

Mesmo com Spalding participando da nominata do “35” e sendo sócio honorário, seu vínculo não era tão aproximado quanto parecia. Conforme já visto anteriormente, a participação em algum espaço por parte desses intelectuais não significava um comprometimento e uma assiduidade, mas uma forma de poder monitorar que relações estavam sendo estabelecidas. Spalding se autodeclara um tradicionalista, e postula para si uma imagem de alguém que sempre se importou e lutou pelas questões relacionadas à tradição e ao “pago”. Não obstante a relação direta com o principal centro de tradições, cuja notoriedade foi ponto nodal para a difusão deste novo modelo de celebrar as tradições, esta não esteve pautada por uma troca tão constante e afirmada. Em carta endereçada a Fernando Brockstedt, patrão da entidade União Gaúcha Simões Lopes Neto, ao responder sobre a produção de seu livro “Tradições e Superstições do Brasil-Sul”, Spalding transparece que devido ao excesso de trabalho raramente aparecia na sede do “35”.<sup>38</sup> Ainda que essa justificativa seja procedente, de acordo com as situações já mencionadas anteriormente sobre a falta de tempo, há outros indícios de que Spalding não dispunha de interesse em realmente se empenhar nas

---

<sup>37</sup> Uma das pastas encontradas no Fundo Walter Spalding, no arquivo do IHGRGS, é um material de congressista identificado como do 5º Congresso Tradicionalista, contendo convite, flâmula do evento, regimento interno, entre outros.

<sup>38</sup> Carta de Walter Spalding a Fernando Brockstedt (patrão da União Gaúcha João Simões Lopes Neto). Porto Alegre, 27 de abril de 1953. “Correspondência Ativa”. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

questões atinentes ao “35”. Em outra missiva, encaminhada a seu amigo Oswaldo Cabral, Spalding menciona que deveria fazer um discurso por sua eleição como capatiza da agremiação durante a realização da “Ronda Crioula” pelo “35” CTG, mas afirma que não conseguiu fazer o discurso e que não conseguirá prepará-lo, e ainda acrescenta “ (...) vou fazer de improviso. Dizer qualquer coisa.”.<sup>39</sup> Embora sua preocupação quanto as atitudes do CTG, em se tratando das decisões tomadas frente ao tradicionalismo, sejam motivos de preocupação e, de certa forma, repreensão. Ao encaminhar correspondência para os membros do “35”, esclarece que este estaria cooperando em um

“(…) movimento francamente antinacional como esse empreendido com dinheiro norte-americano pelo ‘agente’ do dólar no Brasil, o Sr. Assis Chateaubrinad, que é o tal de eleger “Miss” que qualquer cousa. (...) E o “35” vai vender seu culto a semelhante “concurso” e cooperar com os agentes estrangeiros em nossa terra, com o fito exclusivo de desmoralizar as nossa tradições (...) É preciso ter cuidado e muito cuidado com certas cousas, a fim de não desmoralizar o tradicionalismo gaúcho”<sup>40</sup>

Diante desse conjunto de missivas podemos interpretar que a ligação de Spalding com o principal centro de tradições tinha uma intenção de “patrulhar” e controlar os usos que estes faziam do tradicionalismo em nome de suas causas. Aparentemente haveria uma deturpação dos princípios que eram primordiais à causa tradicionalista a ao povo gaúcho. Para além do conteúdo considerado “antinacional” por parte de Spalding, que pode remeter ao largo retrospecto dos embates travados dentro do IHGRGS (MARTINS T., 2015) sobre as questões da busca pela assimilação de heróis gaúchos à história dos heróis nacionais, que envolveram a historiografia entre os anos de 1920 a 1940, tentando fortalecer a identidade regional (sul-rio-grandense) aos moldes de uma integração com a nação (e a identidade nacional), a recusa às ações do “35” podem ter outra medida. A prática de impor uma “agenda” do que é considerado pertinente às causas do tradicionalismo gaúcho ou não, ou do que é considerado elemento que desvirtue essas causas, não configura característica inovadora como forma de proceder. Se considerarmos a forma que muitas disputas tomavam dentro de outros espaços que envolviam um grupo de intelectuais, tal o qual o IHGRGS, veremos que a base de contestação é a mesma, a busca por legitimação derivada da hierarquia, seja de seus

<sup>39</sup> Carta de Walter Spalding a Oswaldo Cabral. Porto Alegre, 14 de setembro de 1954. “Correspondência Ativa”. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

<sup>40</sup> Carta de Walter Spalding ao “35” CTG. Porto Alegre, 30 de junho de 1956. Pasta “Correspondência Ativa”. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS.

correspondentes, seja no conteúdo de suas produções. Colocando em outros termos, e trazendo para o caso relacionado às missivas, veremos que a atuação de Spalding envolvia uma diferenciação nos termos de uma preocupação do que os “novos cultuadores” da tradição estavam fazendo, que encarando de modo equivocado estariam desvirtuando o tradicionalismo. Dando outro exemplo quanto ao conteúdo, há uma carta em que Spalding encaminha para o poeta Pedro Luís, em que menciona a mudança de nome de um CTG em Cruz Alta de “Melo Manso” para “Querência da Serra”. Devido a questões históricas e geográficas apontadas por ele, diz ao destinatário que o termo “serra” nada tem a ver com Cruz Alta. E em tom de conselho (ou de aviso) diz: “Faça tradicionalismo à altura e não deixe, meu caro poeta, que [o] desvirtuem com nomes impróprios.”<sup>41</sup>

A postura em relação ao tradicionalismo foi sendo desenhada em tons de denúncia e desgosto com os rumos que este estava tomando. Ainda assim podemos considerar que houve aproximações e distanciamentos quanto ao movimento, muitas vezes se adequando às circunstâncias de forma estratégica, tal qual veremos mais adiante. As divergências podem ser colocadas em três aspectos: na forma dos excessos das celebrações (que tinham eco em outras lideranças tradicionalistas também, ainda que de formas distintas), em questões de ordem política e também nas dissensões com outras figuras representativas do movimento.

O engajamento do movimento tradicionalista tinha como objetivo buscar as relações de vivência e prática do gaúcho da zona pastoril. Nas palavras de um dos expoentes do movimento, Barbosa Lessa define qual o espaço almejavam ocupar:

(...) não pretendíamos escrever sobre o gaúcho ou sobre o galpão: desde o primeiro momento, encarnamos em nós mesmos a figura do gaúcho, vestindo e falando à moda galponeira, e nos sentíamos donos do mundo quando nos reuníamos, sábado à tarde, em torno do fogo-de-chão (LESSA, 1985 apud OLIVEN, 1992, p.77).

Essa afirmação pela prática, de certa forma, foi o que permitiu o elevado alcance do movimento e sua “popularização”. Em dado momento, as celebrações em bailes, “churrascadas” e os desfiles ganharam maior espaço e atenção por parte dos integrantes dos CTG e até mesmo nos Congressos Tradicionalistas. Os excessos começaram a ser denunciados pelos líderes representativos e elaboradores das diretrizes do movimento. Assim como aqueles que estavam engajados “por empréstimo”, como é o caso de

---

<sup>41</sup> Carta de Walter Spalding a (Pe.)Pedro Luís. Porto Alegre, 26 de junho de 1955. Pasta “Correspondência Ativa”. Fundo Walter Spalding, Arquivo do IHGRGS. Grifo nosso.

Spalding. Carlos Galvão Krebs, folclorista, figura participativa no tradicionalismo e que esteve à frente do ITF como diretor por muitos anos, em artigo publicado no jornal *Correio do Povo* — “Excessos do Tradicionalismo” — denuncia o uso de armas de fogo no evento, que mesmo antes de começar o baile já era possível escutar os estampidos ao longe. Em nítida reprovação ainda coloca: “Tiro real ou pólvora seca, não importa: é excesso condenável de qualquer forma”.<sup>42</sup> Percebe-se, desta forma, que conquanto o alcance social, a integração ao mundo político e a formação de uma cultura tradicionalista vai tomando níveis bastante significativos, as tentativas de se controlar, direcionar e apontar os usos do movimento tradicionalista também apareceu na cena regional. Por parte dos “intelectuais eruditos”, alguns inclusive ligados a CEF, a denúncia ao que essa nova geração estava propondo não tardou. As críticas à maneira de reviver as tradições causava estranheza, tanto quanto a busca por retomar uma identidade para o gaúcho que já havia sido combatida e, com certa dificuldade, retirada de cena historiográfica regional, conforme salienta Nedel (2005, p.352). Os participantes dos CTG, nas palavras de Maciel:

“(…) personificam, quase que encarnam uma figura (o gaúcho), um tempo (o passado) e um espaço (o pampa) imaginários. Os participantes procuram reconstituir determinados usos e costumes ditos ‘tradicionalistas’ e, assim, ‘viver o gaúcho’ – vive-se *um outro* e vive-se *em um outro*” (MACIEL, 2001, p.256, grifos do autor).

No que tange às relações políticas como motivação de descontentamento com a campanha tradicionalista, podemos interpretar como uma posição refratária à ocupação do espaço público disputado nos quadros do ITF, formado em 1954. Spalding renuncia à vanguarda tradicionalista em meados de 1955 indicando, em missiva enviada para Pedro Luís, seu afastamento por questões de “politicagem”.

Minha despedida, com suas razões foi publicada no sábado passado, dia 2 deste, no jornal ESTADO DO RIO GRANDE, onde mantenho uma página literária. Na Carta ao Negrinho do Pastoreio, que assino com o pseudônimo Blau Severo, poderá ler as razões. Tradicionalismo no nosso Rio Grande, no momento que passa, e graças às mistificações do tal Estado Novo getulista – é politicagem e nada mais. De tradicionalismo só possui o nome, agora, embora tenha começado muito bem e com intenções nobres e elevadas. Com o tradicionalismo e tradicionalistas nada mais tenho em comum. Continuarei no meu modesto canto a batalhar a meu modo, como

---

<sup>42</sup> Krebs, C.G. “Excessos do Tradicionalismo”. In: *Correio do Povo*. Porto Alegre, 17 de novembro de 1956. Hemeroteca AHPMV.

vinha fazendo desde 1923, quando ainda ninguém sonhava com estas cousas. Volto, assim, para a obscura retaguarda de onde saí.<sup>43</sup>

Nedel indica que a ruptura entre os “eruditos” da CEF, sobretudo Laytano, com os “tradicionalistas” possui raiz na busca pelo controle do novo instituto, que em se tratando de um espaço público e institucionalizado, possibilitaria o “projeto vencedor” demandar as questões voltadas ao folclore, inclusive enviando pesquisadores aos Congressos Nacionais de Folclore, além de obter recursos orçamentários oriundos do poder público. A autora aponta a derrota do projeto estabelecido por Laytano em assentar a Comissão Gaúcha institucionalmente a um órgão público, sendo preterida na formação dos quadros de direção pelos tradicionalistas (NEDEL, 2005, pp. 369-380).

O recuo de Spalding para “voltar à retaguarda” e trabalhar longe dos holofotes do movimento tradicionalista não durou por muito tempo. A explicação para sua saída pode se dar pelo fato de realmente não crer no caminho que o tradicionalismo estava rumando, e que estava galgando passos distantes dos quais gostaria. No entanto, pelo trabalho com as fontes estudadas, sua volta para o “front” não demorou a acontecer, o que pode ser indicativo de um “recuo estratégico”, no sentido de “denúncia” ao movimento como um todo, o qual estaria perdendo adeptos (e neste caso alguém com grande respaldo no “meio intelectual”) por questões de “politicagem”. Sobre as relações político-partidárias, sua fala no encerramento do Segundo Congresso Tradicionalista expressa um ponto de vista que indica o que é considerado valoroso no tradicionalismo: os “laços de fraternidade” e um pensamento unido dentro do espaço tradicionalista e do povo gaúcho. Sobre essa união coloca que:

Isso, mais do que todas as pregações políticas, é que forma a unidade do bloco tradicionalista equidistante de todos os partidos políticos. Entre eles, o único partido que existe é o Rio Grande do Sul, único e forte, para a grande do Brasil. (CTG MATE AMARGO, 1956, p.299).

O retorno pode ser visto como “estratégico” relacionando a outro contexto que estava dado na cena regional: a disputa dentro do IHGRGS com a ala considerada “dona da verdade” por parte de Spalding. Assim, o retorno serviria para utilizar o movimento tradicionalista como zona de “trincheira” contra estas figuras, buscando no

<sup>43</sup> Carta de Walter Spalding a (Pe.) Pedro Luís. Porto Alegre, 6 de julho de 1955. Fundo Walter Spalding, Pasta “Correspondência Ativa”. Arquivo do IHGRGS. Conteúdo semelhante pode ser encontrado em correspondência ao amigo e folclorista Léo Santos Brum. Incluindo um apontamento direto a um dos fundadores do Movimento, Paixão Cortes. “(...)Larguei de mão essa campanha atual porque me convenci que estou perdendo tempo, pois que outros estão desfazendo com os pés o que pregaram ontem, como o Paixão no rádio, naquele miserável programa das “calças Far-West”, procurando americanizar (do norte) o Rio Grande do Sul! (...)” Carta de Walter Spalding a Leo Santos Brum. Porto Alegre, 5 de julho de 1955. Fundo Walter Spalding, Pasta “Correspondência Ativa”. Arquivo do IHGRGS.

reconhecimento do movimento um reduto importante na tentativa de legitimar um discurso a favor do posicionamento de um grupo específico dentro da instituição.

### 3.2 – Disputas e reaproximações

Ao nos debruçarmos sobre as disputas em que Spalding esteve envolvido durante sua atuação no tradicionalismo, no período recortado para este trabalho, tem-se a intenção de que estas nos indiquem os posicionamentos que tomou frente a determinado assunto, que artifícios utilizou e porque se posicionou de tal maneira. Martins Teles, ao tratar das disputas entre os intelectuais circunscritos à esfera do IHGRGS e suas formas de mobilização para defender determinado posicionamento, à luz das interpretações de Bourdieu, coloca que essas lutas por posições seriam “objetivas” (sociais e simbólicas):

As polêmicas e os conflitos entre intelectuais permitem entrever certas regras que mediavam o embate, tal como nos “duelos” da “sociedade de corte”. O concurso entre os litigantes assumia caráter público, mobilizando opiniões a favor e contra um lado e outro, através da imprensa. (MARTINS T., 2015, p.173)

Acrescentamos à nossa proposição não apenas o espaço da imprensa (caráter público), mas a mobilização e a objetivação de arregimentar adeptos através da escrita epistolar, permitindo que através delas se vislumbre as formas de envolvimento em determinado ambiente. Utilizando as referências da história intelectual francesa, especialmente os teóricos Michel Bertrand (1999), Jean François Sirinelli (2003) e Christophe Charle (2003) sobre a formação das redes e das práticas de sociabilidade, Martins Teles leva em consideração o caráter “cênico” das disputas e a “formação das redes (móveis) de solidariedades (e inimizades)”, as quais também pretendemos observar aqui (MARTINS T., 2015, p.173). No primeiro caso, a “encenação” se propõe no sentido de externar opiniões de diferentes formas, sobre o mesmo tema, de acordo com o lugar em que se veiculam essas ideias e qual o alcance se pretende com elas. A intenção não é descortinar “verdades”, expondo a fala em um determinado espaço como verdadeira e em outra como falsa, mas sim compreender por que elas são utilizadas de formas diferentes nestes lugares e se há intencionalidades em fazê-lo por este caminho. Quanto a isso, Gomes (2004), ao tratar sobre a construção de uma busca do indivíduo moderno por uma “unidade do eu”, uma identidade, em que a noção de verdade possui forte vínculo com as ideias de foro íntimo, indica que ela “não mais se esgota em uma

‘verdade factual’, objetiva, una e submetida à prova (científica e/ou jurídica)” (GOMES, 2004, p.13). A verdade liga-se à subjetividade, com a qual não se pode ter controle absoluto, sendo plural — assim como a vida dos sujeitos. Cabe ressaltar que embora Martins Teles (2015) utilize essa forma de análise através das “polêmicas” em relação estrita ao “meio intelectual”, utilizaremos de forma mais abrangente e colocando seu alcance num condição que não se enquadra especificamente nas disputas entre “intelectuais”, mas que tem como agente alguém que pertence a este meio e, além disso, ocupa outras posições (Centros de Tradições Gaúchas e Congressos Tradicionalistas) se utilizando dessa figura do “intelectual”.

Um dos conflitos que vimos na análise da documentação diz respeito a Walter Spalding e Carlos Galvão Krebs. Passado o Primeiro Congresso Tradicionalista, este que foi dado como experimental pelo próprio Spalding em discurso no Segundo Congresso, nota-se as trocas de farpas entre os dois. O Congresso, pela importância que tem, demonstra que as disputas internas não são poucas. Em correspondência trocada com Ornellas (também organizador do Congresso) Spalding deixa clara sua insatisfação:

Que Congresso arrevesado, meu caro Manoelito! Quanta complicação e quanta amolação! (...) Se chegares a falar com o Sadi [Scalante], fala a ele nessa odisséia pelas tradições, e que não é tão fácil organizar e levar avante um Congresso, como falar nas sessões e destruir o que foi feito e promover desordens e dizer asneiras como as do cretino Krebs.<sup>44</sup>

Antes mesmo de acontecer o Segundo Congresso, em correspondência trocada com Oswaldo Barlem (patrão do CTG “Mate Amargo”, cuja organização do congresso foi incumbida), ao tratar sobre o primeiro evento Spalding demonstra seu descontentamento ao responder sobre o regulamento do Congresso.

(...) Em todo caso, o amigo, com a experiência do I Congresso que quase fracassou, para não dizer que foi praticamente inútil devido as questões pessoais trazidas a baila, fará, no regulamento, as modificações necessárias, talvez aproveitando alguma coisinha do regulamento aferventado de Santa Maria que, infelizmente, não conservei.<sup>45</sup>

As questões colocadas como “pessoais” podem indicar uma forma de posicionamento diferenciado em como organizar o evento e como proceder. A acusação contra Krebs,

---

<sup>44</sup> Carta de Walter Spalding a Manoelito de Ornellas. Porto Alegre, s/d 1955. Pasta “Tradicionalismo e Folclore – 2º Congresso Tradicionalista”. Fundo Walter Spalding. Arquivo do IHGRGS. Grifo nosso.

<sup>45</sup> Carta de Walter Spalding a Oswaldo Barlem. Porto Alegre, 11 de novembro de 1955. Pasta “Correspondência Ativa”. Fundo Walter Spalding. Arquivo do IHGRGS.

por exemplo, aponta que houve intervenções no que diz respeito à organização e que geraram desavenças entre ambos. Em contraposição, já evidenciando o caráter público dessas “rixas”, Krebs escreve para o jornal “Diário de Notícias” um artigo intitulado “Festa no Galpão em Santa Maria”. Neste, o autor critica a ausência inicial de Paixão Côrtes e do grupo “Tropeiros da Tradição” na programação oficial do evento, por culpa da comissão organizadora, além de salientar que a salvação deste se deu apenas pela “exposição de artes plásticas sobre os motivos gaúchos e o espetáculo (...)”, ambos patrocinados pelo CTG Ponche Verde, e realizados pelos “Tropeiros da Tradição”<sup>46</sup>, fora da programação oficial.”<sup>47</sup> Ao tratarmos da constituição e da estrutura organizativa do evento, a sinalização que queremos dar é de que a disputa se coloca nas diretrizes que este deveria tomar. Neste aspecto, encontramos uma divergência que pode ser demarcada nos termos de posicionamento pautados entre as duas tendências conflitantes. No caso de Spalding, podemos observar uma tentativa de alargar as possibilidades de trabalhos a serem apresentados dentro de um Congresso, atentando para a diversidade dos assuntos tratados e vinculados aos estudos precisos sob diferentes enfoques (histórico, geográfico, sociológico, econômico, etc.). De encontro a esta perspectiva, C.G.Krebs propõe que os Congressos e os trabalhos neles apresentados deveriam pautar-se mais pela normatização das ações dos CTG e ao tradicionalismo, e não teses sobre a história e a “cultural geral” do Rio Grande do Sul. Podemos perceber essas duas formas de proposição durante o Segundo Congresso Tradicionalista. Ao analisarmos a votação dos pareceres sobre as teses, especificamente a segunda, de Oswaldo Barlem, “Rafael Pinto Bandeira – A Maior espada continentina (sic) do século XVIII e Rio Grande, seu lugar de nascimento”, permite-nos compreender a divergência entre ambos. A ata da sessão registra as falas de ambos da seguinte forma:

A seguir, o Prof. Galvão Krebs trouxe à baila a questão dos temários dos Congressos Tradicionalistas. Entendia que a tese do autor estava absolutamente dentro do temário do 2º Congresso Tradicionalista, eis que fora amplamente divulgado que o temário deste Congresso versaria sobre tradicionalismo, folclore, história, geografia e literatura gauchesca. Pessoalmente êle achava que num Congresso Tradicionalista não deveriam, por mais brilhantes e cultos que fossem os trabalhos apresentados — E seria êste o caso da tese discutida — caber teses de história. (CTG MATE AMARGO, 1956., pp.44-45)

<sup>46</sup> Grupo de danças folclóricas fundado por Paixão Cortes, em Porto Alegre, no ano de 1953. Cf. Nedel, 2005, p.290.

<sup>47</sup> KREBS, C.G.Jornal. “Festa no Galpão em Santa Maria” in: “Diário de Notícias”, 18 de julho de 1954. Pasta “Tradicionalismo e Folclore – 1º Congresso Tradicionalista – Recortes de Jornais”. Fundo Walter Spalding. Arquivo do IHGRGS.

Portanto, ainda que tenha se colocado a favor da tese para aprová-la em seu conteúdo, demonstra ser contrário ao temário por versar sobre história e não sobre algo relacionado ao tradicionalismo e às tradições propriamente ditas. Ainda, em entrevista ao jornal “A Hora”, que inclusive consta nos anais do Segundo Congresso, sendo indagado sobre as teses apresentadas responde:

Sentimos carência de maior número de teses que dissessem respeito diretamente com o tradicionalismo em si, o valor do tradicionalismo, normas de ação, recomendações práticas aos centros de tradições, ideal e finalidades do movimento tradicionalista. Pessoalmente desejaríamos que, no próximo Congresso, se pusesse maior ênfase neste assunto (CTG MATE AMARGO, 1956, p. 318).

Para finalizarmos essa “discussão” e podermos analisa-la mais detidamente, apontaremos o posicionamento de Spalding quando da votação do mesmo parecer supracitado.

“Pedindo a palavra o Prof. Walter Spalding, declarou que era indiscutível no momento, face ao Regimento do Congresso, a questão de admitir tão só teses sobre o tradicionalismo. Que colocando a questão num plano de cultura geral era de observar que num Congresso Tradicionalista, a história de um povo tem lugar ‘porque sem história não há tradicionalismo. Que entendia que nos Congressos Tradicionalistas era até interessantes e necessários estudos sobre história, geografia, ou ainda sobre literatura, que digam respeito à terra e ao povo. Que os C.T.G. poderiam prestar imensos serviços à cultura rio-grandense, com trabalhos de história e geografia, referentes aos municípios respectivos. Que qualquer trabalho sobre a História do Rio Grande do Sul teria sempre lugar adequado e nobre em qualquer conclave de tradições gaúchas. (CTG MATE AMARGO, 1956., p.45)

A perspectiva conflitiva desse embate entre ambos retoma as discussões propostas no trato do folclore como categoria a ser disputada entre os “novos tradicionalistas” e alguns “intelectuais letrados”, neste caso os ligados à CEF, os quais já vinham buscando um espaço diferenciado para o folclore em posição semelhante à história e à sociologia, por exemplo. Nedel (2005) analisa que as lideranças do movimento tradicionalista estavam cientes que sua massificação afastaria a “elite letrada”, tendo em vista o “surto” e a expansão rápida que este tomou, e também a maneira “atravessada” e em “excesso” de reviver as tradições. Quanto a isso, a autora aponta dois problemas. Primeiro, as questões “morais” e de “desvirtuamento” no culto às tradições, revelando uma busca por direcionar quais tradições deveriam ser lembradas ou não. Segundo, e colocando em evidência o conflito citado acima, a relação das “tradições” com as “ciências” do Folclore, da História e da Sociologia (NEDEL, 2005, pp. 345-346). Mesmo essa

situação tendo sido contornada em partes por Barbosa Lessa, através do seu trabalho “O Sentido e o Valor do Tradicionalismo”, o qual pretendia delimitar os espaços de atuação do Tradicionalismo (enquanto movimento) e da História, do Folclore e da Sociologia (enquanto ciências), remetendo a aproximação deste em relação àquele de maneira instrumental e utilitarista para alcançar seus fins. Um trecho da escrita de Lessa nos permite compreender essa finalidade:

Para alcançar seus fins, o Tradicionalismo serve-se do Folclore, da Sociologia, da Arte, da Literatura, do Teatro, etc. Tudo isso constitui MEIOS para que o Tradicionalismo alcance seus fins. Não se deve confundir o Tradicionalismo, que é um movimento, com o Folclore, a História, a Sociologia, etc., que são ciências.(...) Os tradicionalistas não precisa tratar cientificamente o folclore; estarão agindo eficientemente se se servirem dos estudos dos folcloristas, como base de ação, e assim refirmarem as vivências folclóricas no próprio seio do povo (LESSA, 1954 apud OLIVEN, 1992, p.84).

Mesmo com o trabalho de Lessa, o qual se tornou a “matriz teórica” do movimento tradicionalista, as dissensões entre uma abordagem “acadêmica” ou “tradicionalista” continuou na pauta, inclusive nos congressos, conforme visto anteriormente. Conforme Nedel:

Enquanto o projeto de um folclore científico proposto pelos autores mais velhos tratava de “nacionalizar” o gaúcho, inserindo-o em um padrão cultural brasileiro forjado à revelia das condições internas de representação da região, entre a juventude tradicionalista a ordem era, inversamente, ‘reagauchar o Rio Grande’, propondo uma volta às origens rurais (...) (NEDEL, 2005, p. 347).

A proposição de Spalding era, portanto, de que os Congressos deveriam servir para diversos fins que não apenas a orientação direta ao tradicionalismo e às formas de ação dos CTG, mas que deveriam pautar-se por um caráter mais amplo e não voltado apenas para a finalidade última de definição de critérios e regramentos. Ainda que as tradições gaúchas devessem ter seu espaço nos Congressos, estes não deveriam abdicar de ter como base a pesquisa e a produção “científica” da “cultura regional”. Este posicionamento pode ser considerado uma forma de pautar a maneira que os congressos irão se orientar quanto às temáticas que não correspondem estritamente a essa nova “cultura tradicionalista”, abrindo espaço para outras discussões pertinentes ao “espaço intelectual” e de disputas inter-regionais em relação a temas legítimos sobre a história do Rio Grande do Sul, por exemplo.

As redes móveis dentro desse “cenário” não devem ser consideradas como definitivas, mas tomadas dentro de um quadro específico cujas possibilidades

propiciaram uma orientação para determinada união. Isso não significa que as decisões sejam hermeticamente arquitetadas, e que haja pleno cálculo de suas consequências. Elas devem ser compreendidas no jogo das práticas de sociabilidade e envolvem situações diversas que podem fugir ao apelo da razão que, pelo fato de serem figuras consideradas “intelectuais”, eram colocadas no bojo de suas atribuições (aos olhos da sociedade) um julgamento idôneo das suas postulações. O que queremos colocar é que no eixo dessas regras, nas atuações e engajamentos, podem figurar elementos de natureza diversa que influenciam nas decisões, conforme coloca Sirinelli “a atração e a amizade e, a *contrario*, a hostilidade e a rivalidade, a ruptura, a briga e o rancor desempenham igualmente um papel às vezes” (SIRINELLI, 2003, p.250, grifo do autor). Não nos ateremos especificamente nas intrigas de ordem pessoal (que podem ou não ter origem nas disputas nos e pelos quadros de legitimação “intelectual”), mas queremos apenas explicitar o caráter amplo das possíveis decisões. Dito isso, retomaremos a análise no caso de Walter Spalding.

Em meados de 1955 temos a “despedida” de Spalding da “campanha” tradicionalista e, igualmente, dos Centros de Tradição, conforme o próprio coloca. O fato é que esse retorno à “retaguarda” como forma de distanciamento não durou muito tempo já que participa, conforme discorremos acima, do Congresso Tradicionalista em Rio Grande no final desse mesmo ano. Ao analisarmos as fontes não encontramos nenhum vestígio de sua volta ao tradicionalismo, o que pode reforçar o caráter “cênico” do movimento, tal qual apontamos. A carta enviada pelo CTG “Rancho Crioulo” para Spalding pode corroborar com esse ponto de vista, indicando que a tentativa teria intenção de denunciar e descortinar algumas situações, objetivando um amplo alcance da notícia dada sua relevância para o movimento.

Profundamente contristado pelas ocorrências que levaram o ilustre amigo a afastar-se do posto de vanguardeiro do Tradicionalismo gaúcho, contesto, aqui, o recebimento de vosso ofício datado de 8 de julho p.p, em o qual, a despeito de tudo, reafirmaria a continuidade de vossa ligação a nós, tradicionalistas do ‘RANCHO CRIOULO’.

Vossa atitude, relativamente à minha pessoa, e aos meus companheiros, além de comover este seu particular e verdadeiro amigo, pôs em evidência, mais uma vez, a nobreza de vosso espírito e a magnanimidade do coração de que sois dotado.

Em próxima reunião do ‘RANCHO CRIOULO’ direi aos meus companheiros da gravidade que representa para o movimento tradicionalista do Rio Grande do Sul a despedida que fizestes, pela imprensa, em “CARTA AO NEGRINHO DO PASTOREIO” firmada por Blau Severo.

Na certeza de que, com a minha fraterna e incondicional solidariedade, tereis, também, e da mesma sorte, a de todos os nossos companheiros do ‘RANCHO CRIOULO’, prometo voltar, sem demora, à presença do ilustre Sócio Benemérito deste Centro de Tradições.<sup>48</sup>

O reconhecimento de Spalding se mantém dentro do tradicionalismo e, aparentemente, dentro dos CTG, com os quais ainda contaria para fazer “trincheira” em outra contenda, e em outro espaço de disputa, o IHGRGS.

O deslocamento do novo embate se deu com a proposição de erguer uma estátua em homenagem ao bicentenário da morte do “guarani” Sepé Tiarajú, encaminhada pelo major do Exército João Carlos Nobre da Veiga, em São Gabriel. Encurtando o caminho dos trâmites, o que se tem é a solicitação ao governador Ildo Meneghetti, o qual faz consulta à Comissão de História do IHGRGS solicitando a emissão de um parecer sobre o pedido, tendo em vista a representatividade e a legitimidade atribuída ao instituto. As questões que envolvem esta ação extrapolam o simples fato de erigir uma estátua a uma figura (mítica ou não). Aceitá-la ou não envolvia, por exemplo, rever discussões em torno da “fronteira cultural” estabelecida para o Rio Grande do Sul. Neste caso uma aproximação ao caráter “lusitano” em detrimento de uma marca “platina” relacionada às reduções jesuíticas para a conformação do lugar ocupado pelo Rio Grande do Sul dentro da nacionalidade brasileira. Sepé, neste caso, para “ala” contrária à homenagem, seria um desafiador da agência lusitana no Brasil, estando vinculado, portanto, à defesa do espectro “platino”. Alguns membros do IHGRGS (Walter Spalding, Dante de Laytano e Manoelito de Omellas, por exemplo) não tinham um posicionamento pautado especificamente pela oposição “lusitanistas *versus* platinistas”, conforme a matriz de interpretação historiográfica proposta por Ieda Gutfreind (1998), que inclui o “Caso Sepé” dentro dessa proposição. Estes viam nas Missões Jesuíticas ponto específico do quadro cultural sul-rio-grandense e também de integração às singularidades que conformam o espaço nacional brasileiro. Ao passo que a outra “ala” do Instituto (Guilhermino César, Augusto Meyer, Moysés Vellinho e Othelo Rosa) pensava que aceitar essa integração seria ir de encontro à identidade nacional pelos vínculos que as Missões tiveram com o Império Espanhol. Outros pontos são colocados em xeque nesta disputa, tal qual o estatuto epistemológico e documental do Folclore e da História, em que o grupo ligado à Laytano busca um “alargamento” das fontes para a escrita da

---

<sup>48</sup> Carta do Centro Canoense de Tradições “Rancho Crioulo” para Walter Spalding. Canoas, 12 de julho de 1955. Pasta “Correspondência Passiva”. Fundo Walter Spalding. Arquivo do IHGRGS

história, tais quais as fontes orais, lendas e santos populares integrados aos objetos da “ciência histórica”. Ainda, há o fato de os “tradicionalistas” estarem tomando Sepé como primeiro gaúcho a lutar contra a dominação estrangeira, sendo homenageado como nome de CTG, por exemplo, em Santo Ângelo (1956). (NEDEL, 2005, pp.380-383; PRITSCH, 2005, pp. 27-35)<sup>49</sup>.

Indicando os “posicionamentos” dentro dessa disputa, apontaremos a atuação de Walter Spalding e sua interação com os CTG especificamente ou com figuras próximas a estes, demonstrando uma rede de solidariedade “reformulada” em torno de um “inimigo” comum.

A atuação da ala favorável à homenagem, dentre eles Walter Spalding, gerou uma enorme disputa no cenário regional pelas questões já citadas. Ele atuou tanto publicamente (pela imprensa), quanto nos “bastidores” para derrubar os pareceres apresentados pelo IHGRGS que vetavam o tributo, inclusive retomando os contatos com os CTG para que unindo forças pudessem fazê-lo passar. Já se encerrando o ano de 1955, em 8 de Dezembro, Spalding publica um artigo no jornal “O Estado do Rio Grande do Sul”, sob o pseudônimo de Blau Severo, intitulado “Carta ao Negrinho do Pastoreio” e contendo a seguinte mensagem:

Precisamos, Negrinho amigo, defender, custe o que custar, contra os donos pretensos de nossa História, as nossas glórias e as nossas tradições. Por isso, convido-te a percorrer este sagrado Rio Grande do Sul e pregar, por todos os recantos, os nobres e sãos ensinamentos de nossa História maravilhosa. E pede à tua Santa Madrinha, meu caro Judiado, que nos fortaleça e ampare nos nossos direitos, cobrindo-nos com sua santa bênção. (PRITSCH, 2005, p.31)

Nota-se de primeira mão o uso que Spalding faz de uma figura característica das lendas do Rio Grande do Sul, o Negrinho do Pastoreio, que teve em Simões Lopes Neto sua marca registrada na literatura regional. Nesta passagem, Spalding convoca o “amigo” para defender Sepé contra os “donos pretensos de nossa História” evidenciando justamente a disputa pela legitimidade na escrita dessa História, ancorada em um grupo seletivo dentro do IHGRGS, cuja prerrogativa era julgar o que era e o que não era considerado pertinente para adentrar na História oficial do Estado. Neste caso a concepção de história estava baseada estritamente nos registros escritos, refutando a possibilidade das lendas, tradições populares e fontes orais adentrarem rol de possíveis

---

<sup>49</sup> Sobre questões mais específicas do “Caso Sepé” envolvendo a crise proporcionada no IHGRGS cf. NEDEL, 2005, pp. 380-403; MARTINS T., 2015, pp. 248-266.

fontes a serem analisadas. Evidentemente que não se tratava apenas da homenagem, mas também fazer frente ao grupo refratário às tentativas dos folcloristas do próprio Instituto no que diz respeito às novas proposições de objetos de estudo para a conformação da história do Rio Grande do Sul.

As discussões acerca do assunto perduraram ainda por todo o ano de 1956. Ao se corresponder com uma das figuras que lidera o movimento a favor de Sepé (e que foi voto vencido dentro do IHGRGS), Spalding indica que “outros” estão protestando contra o parecer, neste caso figuras fora do “meio intelectual” onde se desenvolveu toda a discussão. Sinaliza que “eu estou até encarregado de redigir um manifesto ao Governador em nome de três deles [CTG]: de Canoas, de Esteio e de Montenegro”.<sup>50</sup> Além de supostamente “representar” alguns Centros de Tradições Gaúchas e manifestar oposição para o governador, alguns meses antes Spalding já indicava a necessidade da ação dos Centros de Tradição nesta causa. Em correspondência trocada com um membro do Instituto Histórico e Geográfico de Passo Fundo, Artur Süssembach, o historiador faz considerações sobre a situação e indica que Othelo Rosa, membro do IHGRGS, e relator do parecer que iniciou toda a discussão sobre Sepé era contrário aos Centros de Tradição:

Continue a bater no assunto. E que os Centros de Tradições se mexam. E tem obrigação moral de o fazerem, não só pelo que são, como porque o movimento de negação de Sepé, alvitado por Otelô, é justamente contra os Centros, com os quais antipatiza solenemente, o coitado. Mas, deixamo-lo urrar e prossigamos na nossa campanha de regeneração dos costumes e divulgação justa e sã de nossos usos, costumes e tradições sagradas.<sup>51</sup>

Essa reaproximação com os CTG demonstra que neste momento o já citado “afastamento” deu lugar a uma conexão por uma causa específica: confrontar os “pretensos donos da história” dentro do IHGRGS. Para Spalding e alguns folcloristas a busca era pela legitimação do Folclore enquanto ciência, já para alguns tradicionalistas havia a relação de Sepé como primeiro defensor do “pago” contra a invasão estrangeira. Para compreender a situação de Othelo com os Centros de Tradição, Martins Teles (2015) a relaciona com a diferente concepção de “regionalismo” defendida por alguns desses “intelectuais”, em contrapartida às proposições dos tradicionalistas. Sinaliza que o posicionamento defendido por Moysés Vellinho, tal qual na revista “Província de São

<sup>50</sup> Carta de Walter Spalding a Mansueto Bernardi. Porto Alegre, 10 de fevereiro de 1956. Pasta “Correspondência Ativa”. Fundo Walter Spalding. Arquivo do IHGRGS.

<sup>51</sup> Carta de Walter Spalding a Arthur Süssembach. Porto Alegre, 27 de dezembro de 1955. Pasta “Correspondência Ativa”. Fundo Walter Spalding. Arquivo do IHGRGS.

Pedro” ao dizer que era necessário guardar-se “(...) dos perigos de um tradicionalismo estreito e das pieguices do saudosismo.” (VELLINHO, 1945 *apud* MARTINS T., 2015, p.254), poderia ser estendido ao colega Othelo Rosa em tentativa de deslegitimar o “viés tradicionalista”.

Spalding busca não apenas a participação dos CTG, mas alavancar uma manifestação geral dentro do Congresso Tradicionalista de 1956, em Ijuí. A expectativa é que com uma pressão em diversas frentes, demonstrando ao governador Ildo Meneghetti a necessidade de rever o parecer inicial proferido por Othelo Rosa, conseguiria (juntamente com outros) derrubar aqueles “pretensos donos” do Instituto. Assim, quando já próximo do Terceiro Congresso, Spalding se comunica com João Palma da Silva (patrão do Centro Canoense de Tradições Gaúchas “Rancho Crioulo”) indicando que enviará uma moção (uma proposição a ser votada) para aprovação da ereção de uma estátua para Sepé. Cabe lembrar que por questão de tempo Spalding não participa diretamente do Terceiro Congresso, enviando apenas esta moção ao evento. Nesta carta ainda menciona que quase todos os centros são a favor e que está por vir uma manifestação do Congresso, “se vier, como espero, a manifestação do Congresso, vai ser o tombo definitivo do grupelho do Instituto”. Por estas palavras, revela-se definitivamente que a questão de ordem nessa celeuma não é apenas pela situação do nativo “guarani” ser colocado como herói ou não, mas um embate ferrenho pela disputa interna do Instituto e, conseqüentemente, pela validade de novas concepções sobre a História do Rio Grande do Sul. Neste ponto, o Congresso se tornava um reduto fortíssimo de pressão tendo em vista a situação de expansão e reconhecimento público o qual se encontrava, que somado a situação de crise já mencionada no Instituto poderia servir realmente para derrubar o tal grupo. Entretanto, Spalding teve suas expectativas frustradas (ao menos no plano imediato) de ter sua moção aprovada dentro do Congresso. Sendo alegado motivo de ordem temporal sua intervenção não foi lida, sendo colocada para apreciação enquanto “tese” no congresso posterior. Sua intenção era que a proposta enviada fosse aprovada de imediato. Inclusive, para que ocorresse tudo nos conformes julgava necessário que a organização do evento fosse mantida sem contratempos. Sobre sua tentativa de auxílio no congresso escreve para Hugo Ramirez — membro da CEF, poeta, sociólogo e ensaísta — (MARTINS, 1978, p. 471) sobre a necessidade de orientar as pessoas responsáveis pela entidade organizadora, o CTG Farroupilha, contra os “malandrinhos do tradicionalismo que querem formar ambiente

para si”.<sup>52</sup> Ainda, sobre a carta, Spalding coloca que “também acho que não devem ser permitidas representações, com direito a voto, a entidades oficiais, entidades literárias e Institutos Históricos. Somente os Centros de Tradiçãoe regularmente inscritos (...)”<sup>53</sup> Muito provavelmente Spalding imaginava que o próprio Instituto poderia ter representantes no Congresso a fim de votar contrariamente a sua moção.

Quanto a não votação de sua representação, em missiva recebida de Guilherme Schultz, representante do CTG “Mate Amargo” no evento, quanto em carta recebida de João Palma da Silva (representante do Centro Canoense “Rancho Crioulo”) veremos que somado ao alegado fator tempo houve ponderações de outras ordens para não acelerar o processo de aprovação da moção. Quanto à segunda carta, do remetente de Canoas, este aponta que Schultz quem recomendou que o trabalho fosse apresentado enquanto tese no próximo Congresso, mencionando que tanto a moção, quanto a proposição do relator provocaram imensos aplausos. Destaca-se a fala deste ao mencionar as esperanças de Spalding quanto à votação favorável:

(...) mas senti, e muito, que o fator tempo não tenha permitido a aprovação da tua magnífica, substancial e oportuna moção. E mais sentido fiquei quando, ao regressar, li tua carta, que me veio pôr ciente das tuas esperanças e da situação do Caso Sepé Tiarajú. A despeito do grande e indiscutível sucesso que foi o Congresso de Ijuí, ocorreram lá pequenos senões (e onde não os há?) sobre os quais falaremos pessoalmente e muito breve.<sup>54</sup>

Isso mostra que a despeito do que Spalding aludia na carta anteriormente citada, com o mesmo João Palma, de que “quase todos os centros” estavam de acordo não se realizava no plano concreto. O próprio Schultz, remetente da outra carta a ser analisada, aponta elementos pertinentes para recuar na aprovação de forma célere da moção. O tom de resposta da carta evidencia que Spalding havia desconfiado da “presteza” do amigo ao relatar seu trabalho no Congresso,

Somente hoje, recebi sua atenciosa carta de 21 dezembro passado e que me apresso em responder. (...) Ao contrário do que pareceu ao meu ilustre amigo, não deixei influenciar por ninguém ao tomar aquela atitude, pela qual assumo toda a responsabilidade. Não gosto de andar a cabresto de quem quer que seja. Não pertenço, nunca

---

<sup>52</sup> Carta de Walter Spalding a Hugo Ramirez. Porto Alegre, 06 de novembro de 1956. Pasta “Correspondência Ativa”. Fundo Walter Spalding. Arquivo do IHGRGS.

<sup>53</sup> Idem

<sup>54</sup> Carta de João Palma da Silva para Walter Spalding. Santa Maria, 26 de Outubro de 1956. Pasta “Correspondência Passiva”. Fundo Walter Spalding. Arquivo do IHGRGS.

pertenci, nem quero pertencer nunca a grupos ou grupelhos, que por ventura existem no Movimento Tradicionalista.<sup>55</sup>

Além de negar qualquer possível influência nas suas decisões, Schultz aponta para cinco elementos os quais levaram a deliberar dessa forma. Primeiramente o alegado fator tempo, conforme já citado, ainda que possamos pensa-lo como subterfúgio por não haver um interesse geral (ou dos organizadores do Congresso) em debater aquele assunto, naquele momento. Segundo, a controvérsia do assunto, mencionando que este “(...) vem sendo objeto de discrepância entre eminentes historiadores rio-grandenses, a começar pelo nosso Instituto Histórico e Geográfico”. O ponto a ser analisado aqui é o fato de que havia a possibilidade de grande parte dos CTG estarem de acordo com a moção, mas pela capacidade de legislar dos Congressos e pela proposta de ser um espaço de debate não havia interesse em se contrapor tão diretamente ao IHGRGS sem antes discutir amplamente o assunto (terceiro elemento da carta). Ainda que em crise, o Instituto permanecia enquanto instância legitimadora dos assuntos oficiais sobre a história do Rio Grande do Sul e, por consequência sobre a “cultura regional”, mesmo com a recente criação do ITF. No quarto quesito, Schultz aponta que a moção de Spalding era “um ponto de vista respeitável de uma corrente”<sup>56</sup>, mas que devido à alta mobilização acerca do assunto estava longe de ter um ponto pacífico e definitivo “(...) para que fosse homologada, de plano, pelo Tribunal da Consciência Tradicionalista do Rio Grande”<sup>57</sup>. Encerrando o assunto, interpreta o trabalho de Spalding como tese que, em conformidade com o Regimento Interno do Congresso não poderia ser votada sem antes ter sido apreciada em elaborado parecer por uma comissão. Em último apontamento o remetente sinaliza que não houve rejeição ao trabalho em sua essência, tendo sido apenas postergado para avaliação futura. Finalizando sua carta, e então considerando o seu ponto de vista sobre o assunto, se coloca divergente de ambas as correntes em choque. Para ele, Sepé não era nem primeiro gaúcho, pois que esse “tipo híbrido” é posterior à existência do nativo, tampouco primeiro caudilho, já que não via semelhança nas características, mas sim “(...) o martírio da Raça indígena que povoava primitivamente o Rio Grande (...)”<sup>58</sup>

---

<sup>55</sup> Carta de Guilherme Schultz para Walter Spalding. Rio Grande, 9 de janeiro de 1957. Pasta “Correspondência Passiva”. Fundo Walter Spalding. Arquivo do IHGRGS

<sup>56</sup> Idem

<sup>57</sup> Idem

<sup>58</sup> Idem

Dentro desse panorama conseguimos situar que as relações possuíam avanços e recuos nas estratégias acerca das disputas, e que podiam ocorrer aproximações momentâneas para uma determinada conjuntura e atividade fim. Demonstra também que o movimento tradicionalista avançava a passos largos dentro da cena regional, sendo “trincheira” importante nas tentativas de conquista por espaço de um grupo específico da “intelectualidade” local, mas que também tinha seus limites impostos sobre como determinar determinados assuntos.

Para encerrar recorreremos brevemente à outra situação que remete às tentativas de “moralizar” e “controlar” o movimento tradicionalista. Trata-se da busca pela criação de uma entidade superior, cujas atribuições seriam de centralizar as ações dos CTG e definir as diretrizes do movimento. Já adiantamos que esta ocorreu apenas em 1966, durante o Décimo Segundo Congresso Tradicionalista, em Tramandaí, com a criação do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), ainda que com bases distintas. Antes disso, diversas tentativas foram feitas, desde as primeiras assembleias para tratar do assunto, em 1952, quando se discutiu também a criação dos congressos. Capitaneada por Fernando Brockstedt, da União Gaúcha João S.L.Netto, inicialmente, mas respaldado pela situação de expansão e “degeneração” dos usos feitos por alguns tradicionalistas (nos CTG) temos algumas tentativas de controlá-las através da criação de uma instância superior. Já em 1955, durante o Segundo Congresso Tradicionalista, dois representantes apresentam teses, em forma de estatutos, sobre a criação de uma federação que congregasse os Centros de Tradição: Laersi Corrêa da Silva, do CTG “Mate Amargo”, e o já citado Fernando Brockstedt. Não entraremos no mérito das propostas, tampouco analisaremos o seu conteúdo de forma aprofundada. O que se propõe é a compreensão das propostas no que diz respeito à tentativa de controle objetivada por sua criação. Ainda, veremos como Walter Spalding se coloca em relação a estas propostas, tendo em vista ser relator das teses apresentadas no congresso, além de ser refratário, de certa forma, a elas em si, buscando outras formas de “controle” do movimento tradicionalista. Spalding, ao relatar as duas teses orienta que se forme uma ou duas comissões para debater mais detidamente o assunto, tendo em vista o tempo escasso para fazê-lo durante a sessão do congresso. Na análise do historiador ambas as propostas eram válidas, ainda que a de Laersi se preocupasse mais com “amparar e desenvolver” os Centros de Tradição, à medida que a de Fernando buscava “coordenar, unificar, representar e orientar o movimento tradicionalista, prestando assistência aos centros”.

(CTG MATE AMARGO, 1956, p.222). É interessante notar que embora Spalding relate o cuidado das teses apresentadas em impedir o “(...) cerceamento da liberdade de ação dos centros” (CTG MATE AMARGO, 1956, p.222), sua posição sobre o tema era controverso. Ao enviar correspondência para Luís Alberto Ibarra — poeta regionalista e membro da “Estância da Poesia Crioula” (MARTINS, 1978, p. 276) — evidencia as disputas sobre a proposta de Federação, mencionando que Fernando Brockstedt o teria acusado de boicotar sua proposição, além de se mostrar contrário a criação de tal entidade.

(...) federação, além de ser regime incompatível com a evolução moderna da sociedade, seria a morte ao tradicionalismo, porque é, simplesmente, açambarcamento [monopólio] de atribuições, mormente nos moldes apresentados aos dois congressos sob forma de estatutos (que a maioria desconhece) e não de tese, como faz supor.<sup>59</sup>

A proposta de federação era rechaçada por Spalding na forma como era apresentada, entretanto a ideia de “moralizar” o movimento era opinião comum tanto pelas figuras mais renomadas e ainda ligadas ao tradicionalismo, quanto aos novos quadros de formação de uma “intelectualidade” dentro do tradicionalismo, já distanciada da crítica dos intelectuais mais prestigiados<sup>60</sup>. Em artigo publicado e endereçado diretamente para Fernando Brockstedt, no jornal “Diário Popular”, de Pelotas, a página traz os títulos “Ainda a entidade ‘mater’”, situando o movimento e trazendo as considerações de Spalding e, em outro título “Movimenta-se o meio tradicionalista pela fundação da entidade ‘mater’”<sup>61</sup>, com a convocação de uma reunião para a criação dessa nova agremiação. Spalding coloca que desde sempre fora contrário a uma federação enquanto ente centralizador, apenas que concordava com uma Carta de Princípios (em parte já consagrada na tese de Barbosa Lessa e apresentada no Congresso em Santa Maria) para indicar o dever e as finalidades dos CTG “mas sem imposições a não ser autoimposições dos centros aderentes comprometendo-se a praticar a verdadeira tradição gaúcha (...)”<sup>62</sup> Não consolidada as bases para a fundação de uma “entidade mater” nestes moldes, outra forma de associação estava sendo gestada, cujas finalidades

<sup>59</sup> Carta de Walter Spalding a Luís Alberto Ibarra. Porto Alegre, 11 de junho de 1956. Pasta “Correspondência Ativa”. Fundo Walter Spalding. Arquivo do IHGRGS. Grifo nosso.

<sup>60</sup> Em 1956 era criada a “Academia de Letras” dos tradicionalistas, chamada de “Estância da Poesia Crioula”, através da figura do poeta e sociólogo Hugo Ramirez, e congregava poetas, escritores e folcloristas. (NEDEL, 2005, p. 366)

<sup>61</sup> Recortes do jornal “Diário Popular” de Fernando Brockstedt para Walter Spalding. Pelotas, março de 1957. Pasta “Correspondência Passiva”. Fundo Walter Spalding. Arquivo do IHGRGS.

<sup>62</sup> Idem.

se colocavam distantes dos CTG ou quaisquer associações congêneres do Rio Grande do Sul e do Brasil. O jornal “Correio do Povo” trazia em suas páginas, no dia 7 de abril de 1957 a seguinte manchete: “Tradicionalismo em novas bases. Um grupo de intelectuais e estudiosos acabam de fundar a “Associação Sul-Riograndense de Cultura e Tradições”. Esta tinha como objetivos:

- 1) Proteger o patrimônio moral e cultural do Rio Grande do Sul, combatendo frontal e nominalmente as entidades e indivíduos que usem o Movimento Tradicionalista para fins inconfessáveis; 2) Coordenar e criticar as pessoas ligadas ao Tradicionalismo através de Comissões Especializadas; 3) Difundir e orientar o Tradicionalismo Gaúcho no Brasil e 4) Proteger por todos os meios e formas o Homem do Campo do Rio Grande do Sul<sup>63</sup>

A comissão estabelecida nas assembleias tinha como representante Ramiro Frota Barcelos, Walter Spalding, João Palma da Silva, Kraemer Neto, Edmundo Xavier e Luís C. Hyraup. Outras pessoas participaram do assentamento dos pontos básicos da associação, assim como alguns Centros de Tradição. Em breves palavras Spalding declara seu ponto de vista sobre a nova entidade cultural:

(...) só poderá ser prestigiada por todos quantos, de boa vontade e honestidade intelectual comprovada desejarem trabalhar pela grandeza do Rio Grande através de suas legítimas [e] de suas autênticas tradições infelizmente deturpadas por muitos, quer por desconhecimento, que por más informações, quer ainda, se bem, parece-nos sejam em numero muito reduzido por pretensos tradicionalistas cuja finalidade é exhibir-se, salientar-se e ver seus nomes nas colunas dos jornais (...)<sup>64</sup>

Ainda que estruturalmente distinta dos estatutos apresentados que tentavam criar uma entidade na forma de federação, e negando a proximidade direta com os CTG, a intenção da Associação, ao analisarmos seus objetivos, propunha um controle e regramento contundente às práticas consideradas distantes do “verdadeiro” culto às tradições gaúchas. O fato de não se colocarem à semelhança de nenhuma outra entidade já criada e em tons de orientação pela pesquisa e produção de trabalhos, projeta uma entidade totalmente oposta às ideias de federação, colocando-se distante dos CTG internamente, mas com capacidade de julgar qualquer elemento vinculado ao tradicionalismo e qualquer entidade ou pessoa que usassem o movimento tradicionalista para “fins inconfessáveis”. Para trilhar estes caminhos a entidade tinha entre suas propostas buscar junto aos poderes competentes a criação de cadeiras de História,

<sup>63</sup> Jornal “Correio do Povo”. Porto Alegre, 7 de abril de 1957. Hemeroteca AHPMV.

<sup>64</sup> Idem

Folclore e Tradição, no ensino primário e secundário; publicar um órgão periódico de divulgação; formar uma editora própria e fazer divulgação pela imprensa<sup>65</sup>. No esteio dessa pesquisa, e baseado no tipo de divulgação que a própria entidade tinha a intenção de realizar, não foram encontrados outros registros que indiquem a sobrevivência dela. Ademais, o propósito era antes demonstrar as tentativas que ensejam a busca por ampliar os espaços de atuação, sob distintos engajamentos, que os “intelectuais” poderiam assumir para conseguirem circular suas ideias, do que analisar detidamente o conjunto das propostas estabelecidas.

Percebendo essas aproximações, distanciamentos e reaproximações por parte de Spalding no seio do movimento tradicionalista, sua atuação em duas redes distintas, com os tradicionalistas e com os folcloristas/historiadores, temos que essas redes eram bastante dinâmicas, e não podem ser estendidas na sua totalidade para todas as figuras consideradas “intelectuais”. Concluindo as abordagens apresentadas até então, vimos que Spalding possuía capacidade de circulação tanto no movimento tradicionalista, quanto na CEF, assim como no IHGRGS, em cada espaço de maneiras distintas, formando redes de solidariedade, reunido alianças e inimizades que faziam parte da atuação enquanto “intelectual”.

---

<sup>65</sup> Idem

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletindo sobre o que foi observado e analisado ao longo desta pesquisa, pudemos obter algumas respostas a partir da problemática proposta, mas também outras possibilidades que surgiram ao longo do trabalho que, contudo, não caberiam neste texto devido à sua natureza limitada.

Primeiramente, temos que a prática de sociabilidades entre diferentes grupos, em se tratando dos “intelectuais” regionais, através de “redes” de relações que eram bastante dinâmicas, possibilitaram conexões com outros grupos ou subdivisões dentro de um mesmo espaço institucional, caracterizando a complexidade de sua análise. Neste quesito, pensando na trajetória de Walter Spalding, foi possível notar as diferentes movimentações para manter as “redes”, formar “laços de amizade”, dada à estreiteza do “universo intelectual” e, em seu caso, considerando uma posição “intermediária” nesse cenário, a necessidade de circular em mais de um lugar, mesmo que a contragosto por causa das pessoas que nela estavam presentes e suas ideias divergentes. Assim, pensando na sua relação entre a CEF e os “tradicionalistas”, foi possível mantê-la, provavelmente, por considerar importante sustentar o elo a fim de obter maior controle sobre as diretrizes de um movimento que estava alcançando patamares bem significativos, respaldado perante a sociedade, não apenas civilmente, mas também nas instâncias públicas de governo, o que poderia aumentar seu “capital social” enquanto “intelectual”.

Em segundo lugar, as disputas e dissensões configuram uma unidade de análise interessante para compreender certos deslocamentos (muitas vezes temporários e conjunturais) devido às circunstâncias não consensuais sobre determinada temática. Entre elas, por exemplo, a própria concepção de regionalismo para a conformação de uma “identidade regional”, ora vinculada à ideia de integração à nação, ora voltada ao “particularismo” regional; o compromisso em dar ao folclore um caráter autônomo e “científico” e, por conta disso, consagrar uma identidade “profissional” de “intelectual” pela via dos estudos folclóricos.

Um terceiro ponto, no plano das estratégias e artifícios utilizados, temos justamente a relação aproximativa com os CTG e, por sua vez, com os Congressos Tradicionalistas. Enquanto “intelectual”, Walter Spalding obteve algum respaldo dos Centros de Tradição, apresentando trabalhos e participando de outros eventos (quando possível), à medida que isso possibilitava “escrever algumas linhas” indicativas a estes

locais que buscavam o “culto às tradições”, tentando mantê-los nas “rédeas”, ao mesmo tempo em que poderia pautar temas “legítimos” para se debater e defender nos salões, nas festas, nos galpões, mas principalmente nos Congressos, tal qual o caso de “Sepé Tiarajú”.

Com isso, gostaríamos de enfatizar que procedemos por um método de análise para aportar este trabalho sobre o cenário “intelectual”, especificamente sobre Walter Spalding, sendo importante salientar que haveria outras possibilidades, as quais poderiam abrir novos questionamentos, ou até mesmo a complementaridade das respostas obtidas neste trabalho. As análises voltadas diretamente às suas obras, circunscritas a debates “aferventados” seria uma forma de operar, a fim de observarmos que defesa fazia de determinadas temáticas ao escrever obras de literatura e/ou história, permitindo outros olhares nas disputas sobre o “regionalismo”. Perseguir suas publicações em jornais que davam maior atenção ao universo “tradicionalista” também serviria para pensar essa circularidade dentro dos CTG, sobretudo aqueles distantes de Porto Alegre, em que a possibilidade de serem “disputados” era maior dada à distância dos “formadores” do movimento localizados na capital.

Reconhecendo, portanto, as lacunas deste trabalho, a própria categoria teórica de “intelectual” enquanto alguém que obtém reconhecimento a partir das redes e práticas de sociabilidade, e na produção de conhecimento para um público erudito ou para os pares, esbarra em algumas limitações. Ao abordarmos as aproximações com os “tradicionalistas” temos um limitador quanto a sua atuação, já que não está mais operando e produzindo exclusivamente para seus semelhantes “de ofício”, mas sim para outro público e em novos espaços. Ainda que sua atuação seja para obter visibilidade devido à representatividade do movimento, o círculo “intelectual”, pautado por um caráter “científico” e o do tradicionalismo são conduzidos por linhas de ação bastante distintas. Sendo assim, poderia haver a intenção de conferir à produção memorial certo rigor “científico” — também separando o que é folclore (“ciência”) e o que é tradicionalismo (“culto às tradições”) — além da disputa por quais tradições deveriam ser cultuadas. Por outro lado, analisando esse público alvo e os espaços de divulgação voltados ao público tradicionalista, talvez pudéssemos perceber outras tentativas, tal qual a busca pela ampliação dos aspectos “científicos” do folclore voltados para um público não especializado. Neste ponto, a noção de “intelectual” enquanto “mediador cultural” (SIRINELLI, 1996) poderia fazer-nos melhor compreender sua afinidade com os “tradicionalistas” a fim de problematizarmos suas aspirações com o movimento.

Futuramente, essa abordagem poderia ser trabalhada no plano da receptividade de seus artigos e obras em se tratando dos interlocutores do tradicionalismo. Ainda, poderíamos pensar: essa forma de se aproximar-se, através dos jornais e revistas, no âmbito do tradicionalismo, seria a melhor forma de abordagem com este público específico? Ou os eventos mais relacionados aos bailes e festejos, os quais a presença e a aproximação com as características simbólicas do tradicionalismo, do portar-se tal qual um “verdadeiro gaúcho” eram mais importantes para ter vínculos mais estreitos e capazes de influenciar nos rumos do tradicionalismo?

Concluo, por fim, indicando que este trabalho tentou de alguma forma trazer questões que são afeitas à história de um intelectual rio-grandense, mas a partir da ação e posição frente a temáticas que ajudaram a constituir historicamente nossas relações sociais em termos regionais, as quais pautam constantemente o sentimento de pertencimento evocado no Rio Grande do Sul.

## REFERÊNCIAS

### FONTES PRIMÁRIAS

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul: Fundo pessoal (principalmente correspondências) Walter Spalding (1952-1958).

Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho: Hemeroteca. Jornal *Correio do Povo*. 17 Nov. 1956 e 11 Abr.1957.

Coleção Júlio Petersen (PUCRS). CTG MATE AMARGO RIO GRANDE. Anais do 2º. Congresso Tradicionalista. Porto Alegre: Ed. Globo, 1956.

### BIBLIOGRAFIA FINAL

BORGES, Vavy Pacheco. “Grandezas e misérias da biografia” in: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 3 Ed. São Paulo: Contexto, 2014. p. 203-234.

BOURDIEU, Pierre. “A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região”. In: \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. 5. Ed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 107-132.

CERONI, Giovani Costa. *A exposição do centenário da Revolução Farroupilha nas páginas dos jornais Correio do Povo e A Federação*. Dissertação de Mestrado. PUCRS, 2009.

CORADINI, O. L. As missões da cultura e da política: confrontos e reconversão das elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). *Estudos Históricos*, RJ, n. 32, 2003, p. 125-144.

FLORES, Moacyr. *Walter Spalding: Literatura e história*. Artigo retirado do site eletrônico da Academia Rio-Grandense de Letras (ARL): <http://arl.org.br>

GOMES, Angela de Castro. “Essa gente do Rio...os intelectuais cariocas e o modernismo”. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 62-77, jul. 1993. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br> Acesso em: 26 Out. 2016.

\_\_\_\_\_. “Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo” in: \_\_\_\_\_. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. p. 7-24.

GUAZZELLI, Cesar A. B. *O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ 1998, p. 14-61.

GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia Rio-Grandense*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

LAYTANO, Dante de. *Manual de Fontes Bibliográficas para o Estudo da História Geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS/IFCH, 1979.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/IEL, 1978.

MARTINS, Jeferson Telles. *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)*. Tese de Doutorado. PUCRS, 2015.

MACIEL, Maria Eunice. “Memória, Tradição e Tradicionalismo no Rio Grande do Sul” in: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. p. 239-268

\_\_\_\_\_. “A atualização do passado” in: FÉLIX, Loiva O., RECKZIEGEL, Ana Luiza S. (org.). *RS: 200 anos definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo: UPF, 2002. p.191-206

MURARI, LUCIANA. “A construção da identidade social na literatura regionalista: o caso sul-rio-grandense”. *Revista Anos 90*, Porto Alegre: v. 17, n. 32, p.159-183, dez. 2010.

NEDEL, Letícia Borges. *Um passado novo para uma história em crise: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. Tese de doutorado. Universidade de Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. “Entre a beleza do morto e os excessos do vivo: folclore e tradicionalismo no Brasil meridional”. *Revista Brasileira de História*, vol. 31, nº 62. pp. 193-215, 2011.

OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1992.

- \_\_\_\_\_. “O processo de construção da identidade gaúcha” in: FÉLIX, Loiva O., RECKZIEGEL, Ana Luiza S. (org.). *RS: 200 anos definindo espaços na história nacional. Passo Fundo: UPF, 2002.* p. 163-190
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação.* São Paulo Ática, 1990.
- PRITSCH, Eliana Inge. “1956: a homenagem embargada a Sepé Tiaraju”. In: *Sepé Tiaraju.* Comitê do ano de Sepé Tiaraju (org.). São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul.* 9. Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.
- RODRIGUES, Mara C. de Matos. *Da crítica à história: Moysés Vellinho e a trama entre a província e a nação (1925-1964).* Tese de doutorado. UFRGS, 2006.
- SIRINELLI, Jean-François. "Os intelectuais" In: RÉMOND, René. *Por uma história política.* 2 Ed. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003. p. 231-270
- SPALDING, Walter. *Tradições e Superstições do Brasil Sul: ensaios de folclore.* Rio : Organização Simões, 1955.
- THIESSE, Anne-Marie. “Ficções criadoras: as identidades nacionais”. *Revista Anos 90,* Porto Alegre: nº 15, 2001/2002. p. 7-23.
- VILHENA, Luís Rodolfo. “Os intelectuais regionais: os estudos de folclore e o campo das ciências sociais nos anos 50”. *XIX Encontro Anual da ANPOCS.* Caxambu: MG, 1995. Disponível em : [www.anpocs.org.br](http://www.anpocs.org.br)
- ZALLA, Jocelito. *O Centauro e a Pena: Luiz Carlos Barbosa Lessa (1929-2002) e a invenção das tradições gaúchas.* Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2010.